UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

FRANCINE SANTOS GOMES

O TRABALHO DOS(AS) CONSELHEIROS(AS) MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS EM BUSCA DA EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA EM JEQUIÉ - BA

VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA
2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

FRANCINE SANTOS GOMES

O TRABALHO DOS(AS) CONSELHEIROS(AS) MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS EM BUSCA DA EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA EM JEQUIÉ - BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Vitória da Conquista, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Política Pública Educacional

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Pinto Nunes

VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA

2022

G633t

Gomes, Francine Santos.

O trabalho dos(as) conselheiros(as) municipais de educação e os desafios em busca da efetivação da gestão democrática participativa em Jequié - Ba / Francine Santos Gomes, 2022.
95f.
Orientador(a): Dr. Cláudio Pinto Nunes
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED, Vitória da Conquista, 2022.
Inclui referências. 83 – 87.
1.Conselho Municipal de Educação 2.Gestão Democrática Participativa 3.Educação pública I.Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia II.Título

CDD – 371.4250981

Catalogação na fonte: Rafaella Câncio Portela de Sousa - CRB 5/1710.
UESB – Campus Jequié - BA

FRANCINE SANTOS GOMES

O TRABALHO DOS(AS) CONSELHEIROS(AS) MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS EM BUSCA DA EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA EM JEQUIÉ - BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Vitória da Conquista, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Claudio Pinto Nunes
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
(Orientador)

_____

Prof.ª Dr.ª Marinalva Nunes Fernandes
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
(Examinadora Externa)

_____

Prof.ª Dr.ª Tatyanne Gomes Marques
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
(Examinadora Interna)

Dedico esta pesquisa a minha querida avó paterna Nair Pales *(in memoriam)*, que sempre me apoiou e me incentivou a enfrentar com um sorriso no rosto e muita determinação os obstáculos desta vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir chegar até aqui. Mesmo com todas as dificuldades, desde o processo de seleção até este esperado momento. Só Deus e eu sabemos o quão árduo foi e sigo com a certeza de que não vou parar por aqui.

Agradeço a toda minha família, em especial, a minha mãe Juciara Gomes e meu pai Márcio Gomes, por sempre torcerem por mim e por sempre estarem ao meu lado. Eu amo vocês e é tudo por vocês!

Ao meu irmão, Davi. Aos meus tios, tias e primos.

Ao meu namorado Hudson Argollo por sempre me fazer erguer a cabeça nos momentos difíceis e por sempre acreditar em mim.

Ao meu querido orientador, Dr. Cláudio Nunes! Sou eternamente grata pela parceria, pela paciência e por ser esse ser humano tão iluminado.

Às queridas professoras que compõem a banca, Dr.ª Tatyanne Gomes e Dr.ª Marinalva Nunes, por toda orientação, cuidado e conhecimento.

Aos meus colegas da “Turma da Pandemia.”

As minhas companheiras de trabalho e de luta, Niuzete Soares, Márcia Xavier e Sandra Núncia. Vocês foram essenciais para o meu crescimento.

Ao meu amigo e orientador de projeto Dr. Josué Leite que me apoia e me incentiva na vida pessoal e acadêmica.

Aos membros do Conselho Municipal de Educação de Jequié.

Aos estudantes do munícipio de Jequié que me motivam e me encorajam diariamente a lutar por uma educação pública e de qualidade social.

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.”

Paulo Freire – Pedagogia da Autonomia

GOMES, Francine Santos. **O trabalho dos(as) conselheiros(as) municipais de educação e os desafios em busca da efetivação da gestão democrática participativa em Jequié – Bahia**. 2022. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB, Vitória da Conquista – Ba, 2022.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo compreender o trabalho dos(as) Conselheiros(as) Municipais de Educação e a busca pela efetivação da Gestão Democrática no município de Jequié – Bahia. Para tanto, foram utilizados como instrumento de pesquisa um estudo bibliográfico, entrevista com representantes do conselho e aplicado um questionário. Através de documentos encontrados no acervo do Conselho Municipal de Educação cujo domínio é público e através de livros, artigos científicos, teses e dissertações. O trabalho foi desenvolvido sob a ótica de autores como Darci Bueno da Silva (2009), Genuíno Bordignon (2000), Carlos Roberto Cury (2000), Maria da Glória Gohn (2001), João Monlevade (2000), Dermeval Saviani (2009), Gaudêncio Frigotto (1994) e Oséias Oliveira (2012).O questionamento central da pesquisa se organizou a partir do objetivo geral do estudo, qual seja: compreender o trabalho dos(as) Conselheiros(as) Municipais de Educação em busca da efetivação da Gestão Democrática Participativa no munícipio de Jequié – BA. Existiu a necessidade de: compreender a importância do trabalho empreendido pelos CME no processo de efetivação da Gestão Democrática; apresentar a composição do Conselho Municipal de Educação de Jequié; conhecer o trabalho desenvolvido pelos conselheiros municipais; conhecer os desafios da democratização da Educação Básica do munícipio e analisar as atividades dos conselheiros municipais de educação como estratégia de efetivar a Gestão Democrática. Para demarcar as adesões teórico-epistemológicas que fundamenta a pesquisa, utilizou-se o materialismo histórico-dialético. A pesquisa se classifica como descritiva exploratória e de abordagem qualitativa. Foi realizada como coleta de dados entrevistas semiestruturada e aplicado um questionário cujo objetivo foi de alcançar todos os representantes do Conselho Municipal de Educação. Após o contato com os sujeitos da pesquisa foi feita uma análise acerca da perspectiva de cada um deles sobre a efetivação da gestão democrática e uma análise das atividades dos(as) conselheiros(as) municipais de educação. Apesar dos desafios encontrados durante a pesquisa e os apontamentos feitos pelos(as) representantes do CMEJQ analisamos que o Conselho Municipal de Educação possui sim, autonomia e poder para efetivar uma gestão democrática nas escolas do município de Jequié, mas ainda existem fatores que influenciam de forma negativa nessas decisões.

Palavras-chave: Conselho Municipal de Educação. Gestão Democrática Participativa. Educação pública.

GOMES, Francine Santos. **The work of municipal education administrators and the challenges in the search for the effectiveness of participatory democratic management in Jequié - Bahia.** 2022. 95 f. Dissertation (Master's in Education) – Graduate Program in Education, State University of Southwest Bahia, UESB, Vitó da Conquista – Ba, 2022.

ABSTRACT

The present research aims to understand the work of Municipal Councillors of Education and the search for the effectuation of Democratic Management in the city of Jequié - Bahia. Therefore, a bibliographic study was carried out through documents found in the Municipal Council of Education collection whose domain is public and through books, scientific articles, theses and dissertations. The work was developed from the perspective of authors such as Darci Bueno da Silva (2009), Genuíno Bordignon (2000), Carlos Roberto Cury (2000), Maria da Glória Gohn (2001), João Monlevade (2000), Dermeval Saviani (2009) , Gaudêncio Frigotto (1994) and Oséias Oliveira (2012). The central questioning for this research was organized based on the general objective of the study, which is: comprehend the work of Municipal Councillors of Education (CME) in the search for effectuation of Participative Democratic Management in the city of Jequié - Bahia. There was a need to: understand the importance of the work undertaken by CME in the process of implementing Democratic Management; present the composition of the Jequié's Municipal Education Council; get to know the work developed by the municipal councillors; identify the challenges of the democratization of Basic Education in the city and analyze the work of municipal education councillors as a strategy to implement Democratic Management. To demarcate the theoretical-epistemological adhesions that underlie this research, the historical-dialectical materialism was used. The research is classified as exploratory descriptive and of qualitative approach. Semi-structured interviews were carried out as data collection with the president of the CME and the vice-president of the CME and a questionnaire was applied whose objective was to reach all representatives of the Municipal Council of Education. After contacting the research subjects, there was an analysis of their individual perspective on the effectiveness of democratic management and of the work of municipal education counselors. Despite the challenges encountered during the research and the notes made by the representatives of the CMEJQ, we came to conclude that the Municipal Council of Education does have autonomy and power to effect democratic management in local schools, but there are still some factors that influence negatively in these decisions.

Keywords: Municipal Council of Education. Participatory Democratic Management. Public education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFB – Constituição Federal Brasileira

CME – Conselho Municipal de Educação

CMEJQ – Conselho Municipal de Educação de Jequié

CONAE – Conferência Nacional de Educação

MEC – Ministério da Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PPGEd – Programa de Pós-Graduação em Educação

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Documentos encontrados e analisados no acervo do Conselho Municipal de Educação de Jequié – Bahia..... 24

QUADRO 2 – Resultados de produções acadêmicas encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações..... 28

QUADRO 3 – Resultados de produções acadêmicas encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações.....29

QUADRO 4 – Resultados de produções acadêmicas encontradas no Banco de Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.....30

QUADRO 5 – Resultados das produções selecionadas para o desenvolvimento da pesquisa..... 31

QUADRO 6 – Criação dos Conselhos de Educação no Brasil.....37

QUADRO 7 – Dados das Instituições Escolares do município de Jequié – Bahia..... 43

QUADRO 8 – Organização Estrutural do Sistema Municipal de Ensino.....44

QUADRO 9 – Trabalho realizado pelo Conselho Municipal de Jequié.....53

QUADRO 10 – Coleta de Dados através da aplicação do Questionário..... 63

QUADRO 11 – Coleta de Dados através da aplicação do Questionário.....64

QUADRO 12 – Dificuldades para Democratizar a Educação Básica em Jequié – BA..... 66

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Gráfico demonstrativo de acordo com os dados do IDEB – 2021 dos Anos Finais das Escolas Públicas do município de Jequié – BA.....46

FIGURA 2 – Gráfico de metas estabelecidas pelo IDEB – 2021 dos Anos Finais das Escolas Públicas do município de Jequié – BA..... 47

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Formulário de Entrevista..... 89

APÊNDICE 2 – Questionário para ser aplicado com os demais representantes do Conselho Municipal de Educação de Jequié..... 91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....15

1 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....21

1.1 Percurso metodológico 19
1.2 Pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa 20
1.3 Procedimentos da pesquisa.....21
1.4 Técnica de Análise de dados 22
1.5 Estado da Arte.....26

2 O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: O QUE É, CONTEXTO HISTÓRICO E SUAS FUNÇÕES..... 35

2.1 O que é o Conselho Municipal de Educação?..... 35
2.2 A origem dos Conselhos de Educação no Brasil..... 36
2.2.1 Percurso histórico dos Conselhos de Educação no Brasil..... 36
2.3 Funções do Conselho de Educação..... 41

3 O CONSELHO MUNICIPAL DE JEQUIÉ – BAHIA...... 43

3.1 Aspectos do município de Jequié – Bahia..... 43
3.2 A Criação do Conselho Municipal de Educação de Jequié: Lei 1.278/1992.....48
3.3 A composição do Conselho Municipal de Educação.....49
3.4 As atividades desenvolvidas no município de Jequié pelos conselheiros.....52

4 OS DESAFIOS DA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ: PERSPECTIVAS DOS CONSELHEIROS.....54

4.1 O perfil dos conselheiros municipais de educação.....54
4.2 Os desafios da democratização da Educação Básica no município de Jequié – BA.....58

5 A GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA COMO MECANISMO DE EFETIVAÇÃO DE DIREITO E GARANTIA À EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO..... 69

5.1 A Gestão Democrática e suas instâncias..... 81

REFERÊNCIAS.....83

APÊNDICES

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se fundamenta a partir da necessidade de estudos acadêmicos que analisem a importância do trabalho desenvolvido pelos Conselheiros de Educação do Município de Jequié e a partir de uma investigação feita sobre os desafios existentes na efetivação da gestão democrática. Portanto, buscaremos compreender a importância do trabalho realizado no município.

Partindo dos pressupostos de que a sociedade atual segue os princípios fundamentais que a constituem enquanto Estado democrático de direito, a sociedade se erige sob os fundamentos da soberania, da cidadania, da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais e do pluralismo político e se estabelece por meio de direitos e garantias fundamentais que afirmam que todos são iguais perante à lei, sem distinção de qualquer natureza.

Nessa direção, enquanto um direito social previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988, a educação é um direto de todos e dever do Estado e da família, que visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2011). Por isso, garantir à educação para todos é um direito público e subjetivo que perpassa pela adoção de um conjunto de ações e políticas públicas de inclusão, justiça social e equidade.

Quando discorremos sob a ótica dos princípios existentes na Constituição Federal Brasileira, é notável que os fundamentos presentes dão a ideia de uma sociedade totalmente democrática, que valoriza o pluralismo dos indivíduos e o acesso à educação como um direito comum a todos, mas, analisando historicamente a educação no Brasil até os dias atuais, podemos notar que mesmo depois de tanto tempo a sua democratização ainda está em processo de efetivação.

Pensamos então que, como estratégia cabível de efetivar os fundamentos de uma educação democrática, assim como é previsto na Constituição Federal Brasileira e demais legislações, são necessárias as percepções, ações e interferências dos sujeitos que estão envolvidos diretamente no processo educacional.

Mas, como garantir à população o direito à educação, em meio a tantos desafios existentes, sem ouvi-la e consultá-la? É por esse motivo que temos como objeto de

pesquisa um órgão composto por representantes de todos os segmentos locais, que têm o poder político-administrativo de planejar, fiscalizar e executar ações que contemplem as necessidades de determinada localidade: o Conselho Municipal de Educação.

Nessa linha, propomos investigar a importância deste órgão no Munícipio de Jequié a partir da questão de pesquisa: “Qual a importância do trabalho dos(as) Conselheiros(as) Municipais de Educação em busca da efetivação da Gestão Democrática Participativa no munícipio de Jequié – BA?”. Para entender tal questionamento, tivemos como objetivos específicos: a) apresentar a composição do Conselho Municipal de Educação de Jequié - Bahia; b) conhecer o trabalho desenvolvido pelos conselheiros municipais de Jequié; c) identificar os desafios da democratização da Educação Básica no munícipio; e d) analisar o trabalho desenvolvido pelos conselheiros municipais de educação como estratégia de efetivar a Gestão Democrática Participativa.

As escolas amparadas por um Conselho Municipal de Educação caminham baseadas em uma concepção de gestão democrática e têm como função principal promover alternativas democráticas que rompam com o ideal de educação fabril na garantia de direito à educação pública de qualidade social frente às estratégias desumanizadoras do capitalismo ou, nos termos de Frigotto (1994), do “capital humano”. (FRIGOTTO, 1994).

De acordo com a Teoria do Capital Humano,[1] a educação é voltada para a produção, ou seja, o investimento que é feito na sociedade é visando ao aumento da produtividade. A educação dentro de uma perspectiva de interesses neoliberais, traz implicações em relação às práticas educativas que consolidam a ideologia dominante para o desenvolvimento econômico e interfere na política de formação dos profissionais da educação através de diversos mecanismos dentro do novo cenário educacional, pautado nas mudanças sociais, tecnológicas e econômicas. (SCHULTZ, 1973).

[1] A teoria do capital humano tem origem desde as ideias desenvolvidas por economistas como Adam Smith (1776), na obra A Riqueza das Nações, e por Alfred Marshall (1920), no livro “Os princípios econômicos do mais valioso investimento dos capitais, os seres humanos”, sendo melhor estruturada na Escola de Chicago com os teóricos da economia Gary Becker, Jacob Mincer e Theodore Schultz.

Portanto, “assim como na sociedade capitalista os produtos do trabalho humano são produzidos não em função de sua “utilidade”, mas em função da troca, o que interessa, do ponto de vista do mercado” (FRIGOTTO, 1993, p. 67). A educação nessa perspectiva acaba contribuindo com a lógica do capital a partir da qualificação da força de trabalho, por isso, “é depositada na educação a expectativa de que esta possa, através da mobilidade social, melhorar os mecanismos de distribuição de renda e inserção produtiva, através do preparo dos indivíduos para o mercado de trabalho” (OLIVEIRA, 1997, p.91).

Através da vivência em uma equipe gestora, pensamos então na parceria entre o Conselho Municipal de Educação e a equipe gestora das instituições na garantia de uma educação consolidada em práticas democráticas no interior dos seus processos, tendo como estratégia principal de desenvolvimento dentro da escola: a) o respeito à pluralidade, autonomia, as singularidades e b) o rompimento da política neoliberal que atualmente se caracteriza como o alicerce da educação brasileira (FRIGOTTO, 1994).

Nessa perspectiva, discutir sobre a democratização do ensino no nosso atual contexto histórico é preocupante, justamente por estarmos no século XXI e, mesmo depois de tantas lutas e movimentos sociais, a educação ainda assim não é acessível a todos, sendo marcada por um capitalismo excludente e desenfreado que reforça cada vez mais o ideal de uma educação pensada e articulada conforme os interesses gerencialistas (a educação é vista como um meio produtor da capacidade de trabalho).

Historicamente, a educação é tratada como ferramenta de manobras econômicas e políticas centralizadas nas mãos da elite do país. Tratar a educação como uma mercadoria é descartar todas as possibilidades de construirmos indivíduos pensantes e autônomos. A ideia de democratizar a educação é querer torná-la um direito de todos visando ao desenvolvimento coletivo da sociedade, incluindo a melhoria das condições de existência da população brasileira.

Somente a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988, deu-se início a criação dos sistemas municipais de ensino. Os municípios passam a ter autonomia para criar o próprio Sistema Municipal de Educação ou simplesmente manter-se unificado ao sistema estadual.

Os Municípios que optaram por criar o seu próprio sistema assumiram as responsabilidades de fundamentar e executar as políticas públicas de suas localidades e de acordo com as necessidades, descentralizando assim as responsabilidades da União e dos Estados com a Educação Básica.

O Conselho Municipal de Educação, compondo o Sistema Municipal de Educação, propõe construir práticas democráticas e participativas, através de discussões, de planejamentos e execução de projetos para atender às demandas locais, ganhando aqui, a representação de um mecanismo importante no processo de democratização do ensino (OLIVEIRA, 2012).

O Conselho Municipal, sendo um órgão político-administrativo, possui autonomia e responsabilidade na tomada de decisões para a garantia do funcionamento do sistema municipal de ensino., abrangendo assim uma pluralidade de diferentes espaços de atuação que é de fundamental importância para a realização e desenvolvimento de projetos pedagógicos capazes de interferir na realidade social de cada sujeito.

O órgão engloba também uma série de funções que partem do planejamento, da coordenação, da avaliação de planos e projetos, da administração, da implementação e do acompanhamento das políticas existentes nos setores educacionais, realizados de forma coletiva e participativa imbuídas do sentimento de corresponsabilidade com a finalidade de alcançar todos os sujeitos da comunidade educacional.

É compreendido como uma representação de todos os sujeitos que constituem a comunidade com o objetivo de garantir as implicações nos processos de melhoria e desenvolvimento da realidade, sendo uma alternativa de resistência e luta frentes aos investimentos e efeitos das ações do capitalismo, que remetem a um investimento em capital humano individual. Por isso, o pensamento coletivo originado pela gestão democrática se torna uma das grandes chaves para o exercício pleno da cidadania no âmbito da democratização da aprendizagem e do ensino (SAVIANI, 2008).

A pesquisa em torno do trabalho dos(as) conselheiros(as) de educação de Jequié visam entender este órgão como um instrumento de democratizar a educação através das representatividades da população, pois ouvir e consultar a população

contribui para que as ações do Conselho Municipal de Educação de Jequié - CMEJQ (estejam em consonância as demandas do município. Portanto, o nosso objeto de estudo se mostra como uma grande estratégia para a garantia do acesso de todos à educação, à permanência e sucesso nas escolas através das atividades desenvolvidas pelos conselheiros.

Dividimos a dissertação em cinco capítulos. O primeiro capítulo se refere à abordagem e o percurso metodológico utilizado durante a pesquisa, incluindo o Estado da Arte. O segundo capítulo traz a definição do Conselho Municipal de Educação, o contexto histórico da Criação dos Conselhos de Educação, bem como as suas funções.

A partir do terceiro capítulo, serão apresentados os resultados da pesquisa empírica com os achados do campo por meio do contato com os principais sujeitos da pesquisa, afim de compreender o trabalho realizado por estes, a composição do Conselho Municipal de Jequié e conhecer os representantes.

O quarto capítulo se destina a apresentar uma análise dos dados colhidos com as entrevistas e os questionários. O quinto e último capítulo será a reflexão de todo o caminho percorrido durante a pesquisa com o objetivo de compreender a importância do trabalho dos(as) Conselheiros(as) Municipais de Educação na efetivação da Gestão Democrática Participativa no munícipio de Jequié – BA.

1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, abordamos o percurso metodológico para a realização da pesquisa. Inicialmente, o procedimento que direcionamos o caminho para compreender como se originou o Conselho Municipal de Educação será realizado por meio de: a) levantamento bibliográfico através de livros, teses, dissertações e artigos que contextualizem todo o processo histórico da criação dos Conselhos de Educação no Brasil. Para Fonseca (2002, p.32), “a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros artigos científicos, páginas de web sites”.

Os meios bibliográficos são instrumentos de pesquisa importante, pois, ao desenvolver uma pesquisa de caráter científico, é necessário que o pesquisador conheça quais as produções existentes que tratam da sua temática. É um método de levantamento e análise do que se produz, considerando as áreas de conhecimento, períodos cronológicos, espaços, formas e condições de produção (FONSECA, 2002). Essa é uma maneira até mesmo de poder compreender quais as lacunas que existem relacionadas ao referido objeto de estudo. Fez-se necessário durante esse processo de investigação um recorte temporal sobre as pesquisas. A bibliografia analisada foi entre livros, artigos, dissertações e teses defendidas nos anos de 2000 e 2020, em função de ser o período de mais produções.

A escolha dos bancos de dados utilizados se deu a partir de uma “pesquisa geral” em que parte das plataformas que forneceram informações ligadas ao nosso objeto de estudo foram selecionadas. Foram escolhidos três bancos de dados que contribuíram para o levantamento do conhecimento sobre o tema, sendo estes: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES e Banco de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação da UESB – PPGEd.

Portanto, após o levantamento bibliográfico, descrevemos o que foi pesquisado e, em seguida, realizamos uma análise, examinando e explorando o objeto de investigação sob a ótica de autores como Darci Bueno da Silva (2009), Genuíno Bordignon (2000), Carlos Roberto Cury (2000), Maria da Glória Gohn (2001), João

Monlevade (2000), Dermeval Saviani (2009), Gaudêncio Frigotto (1994) e Oséias Oliveira (2012).

A pesquisa empírica foi realizada em Jequié, município localizado no sudoeste da Bahia, na zona limítrofe entre a caatinga e a zona da mata, que possui uma população estimada em 156.126 habitantes e com o total de 134 escolas da rede municipal.

A partir da vivência na equipe gestora de uma escola do munícipio e as dificuldades enfrentadas por nós, gestoras, durante o período pandêmico com a suspensão das aulas por um ano e a retomada somente com uma Comissão realizada pelo Conselho Municipal de Educação de Jequié e a parceria entre gestores e conselheiros municipais durante todo esse processo, é que surgiu o questionamento no qual guiou toda a nossa pesquisa: Qual a importância do trabalho dos(as) Conselheiros(as) Municipais de Educação em busca da efetivação da Gestão Democrática Participativa no munícipio de Jequié – BA?

O objetivo geral da pesquisa se organizou a partir do questionamento central do estudo, qual seja: analisar a importância do trabalho dos(as) Conselheiros(as) Municipais de Educação em busca da efetivação da Gestão Democrática no munícipio de Jequié – BA.

De modo mais específico, houve a necessidade de: a) compreender a importância do trabalho desenvolvido pelo CME no processo de efetivação da Gestão Democrática em Jequié – BA; b) apresentar a composição do Conselho Municipal de Educação de Jequié – Bahia; c) conhecer o trabalho desenvolvido pelos(as) conselheiros(as) municipais de Jequié; d) conhecer os desafios da democratização da Educação Básica do munícipio; e) analisar o trabalho dos(as) conselheiros(as) municipais de educação como estratégia de efetivar a Gestão Democrática Participativa.

Para demarcar as adesões teórico-epistemológicas que fundamentam o estudo, foi utilizado na pesquisa o materialismo histórico-dialético, por compreender que é uma investigação que contempla as dimensões do objeto de estudo, já que o método analisa o real em suas múltiplas relações, esclarecendo todas as contradições existentes no processo dialético da história, já que neste método de investigação:

> É o próprio objeto quem confere as possibilidades do alcance de suas determinações, visto que elas são imanentes do próprio objeto da investigação, e não do desejo ou capacidade intuitiva do pesquisador. (MARTINS; LOURA, 2018, p.236).

O método materialismo histórico-dialético, portanto, "...caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade..." (PIRES, 1997, p. 87). Isto é, através de uma análise das leis organizativas dos homens é que podemos descobrir como se define a forma dialética dos indivíduos.

Saviani (1991) aponta a importância de o educador abrir mão do senso comum em suas práticas educativas e adquirir uma consciência filosófica. A escolha deste método se baseia justamente por isso,

> [...] a lógica dialética não é outra coisa senão o processo de construção do concreto de pensamento (ela é uma lógica concreta) ao passo que a lógica formal é o processo de construção da forma de pensamento (ela é, assim, uma lógica abstrata). Por aí, pode-se compreender o que significa dizer que a lógica dialética supera por inclusão/incorporação a lógica formal (incorporação, isto quer dizer que a lógica formal já não é tal e sim parte integrante da lógica dialética). Com efeito, o acesso ao concreto não se dá sem a mediação do abstrato (mediação da análise como escrevi em outro lugar ou "detour" de que fala Kosik). Assim, aquilo que é chamado lógica formal ganha um significado novo e deixa de ser a lógica para se converter num momento da lógica dialética. A construção do pensamento se daria pois da seguinte forma: parte-se do empírico, passa-se pelo abstrato e chega-se ao concreto. (SAVIANI, 1991, p.11).

Nesta perspectiva, a utilização do método histórico-dialético em nossa pesquisa é pelo fato de querer compreender primeiramente o empírico (categoria mais simples) para depois alcançar o concreto pensado (síntese de múltiplas determinações).

Por meio do levantamento de dados e das investigações feitas sobre o nosso objeto de estudo, pudemos compreender de forma empírica e, a partir das entrevistas e análises, foi possível identificar o concreto, bem como as contradições existentes.

A nossa pesquisa se classifica como descritiva exploratória e de abordagem qualitativa já que utiliza o levantamento de dados, analisando e descrevendo os fenômenos acerca do determinado tema, através da revisão bibliográfica, que tem o propósito de identificar, categorizar, verificar e resumir as evidências relevantes disponíveis. (SANTOS, 2002; GALVÃO; PEREIRA, 2014). De acordo com Selltiz et al.

(1965), enquadram-se na categoria dos estudos exploratórios todos aqueles que buscam descobrir ideias e intuições, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado.

Foram utilizados como meios bibliográficos os documentos disponibilizados no acervo do Conselho Municipal de Educação de Jequié que é de domínio público e para melhor conhecimento, listamos estes documentos:

QUADRO 1 – Documentos encontrados e analisados no acervo do Conselho Municipal de Educação de Jequié – Bahia.

DOCUMENTO	ANO	FINALIDADE
Lei Orgânica Nº 1.130	1990	Lei que fez a primeira referência legal sobre a criação do CME.
Lei Nº 1.278	1992	Criação do Conselho Municipal de Educação.
Lei Nº 1.423	1997	Modificação da Lei Nº 1.278 de 30 de dezembro de 1992.
Lei Nº 1.405	1997	Criação, Composição e Funções do Colegiado Escolar.
Lei Nº 1.441	1998	Criação do Sistema Municipal de Ensino de Jequié.
REGIMENTO INTERNO	1998	Regulamentação e funcionamento do Conselho Municipal de Jequié.
Lei Nº 1.552	2002	Estrutura Organizacional do Munícipio de Jequié.
Lei Nº 1.650	2005	Criação da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
Lei Nº 1.750	2007	Criação dos Conselhos Escolares nas Escolas Públicas do município.
Lei Nº 1.793	2008	Criação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.
Resolução Nº 002	2012	Elaboração de normas para eleições diretas de Diretores e Vice-Diretores das Escolas Públicas do município.

Fonte: elaborado pela autora através do acervo do Conselho Municipal de Jequié.

Foi realizado para a coleta de dados, entrevistas semiestruturada “[...] que favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

A entrevista semiestruturada ocorreu na sede do Conselho Municipal de Jequié, no turno da manhã, em diferentes dias e foi utilizada para conhecer o trabalho dos(as) conselheiros(as) e entender os desafios existentes no processo de democratização de ensino. Por isso, foram entrevistados dois representantes do Conselho Municipal de Educação de Jequié, para que possamos compreender a realidade, as suas perspectivas sobre a importância do CME como um órgão de importância para a gestão democrática. A escolha de entrevistar apenas dois representantes foi devido a dificuldade encontrada em termos de encontros presenciais ou respostas.

Além da entrevista, foi aplicado um questionário para que consigamos alcançar a todos os outros representantes do Conselho Municipal de Educação Jequié, pois, na perspectiva de Gil (1987, p. 126), “a construção do questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos”. A escolha deste instrumento teve como objetivo de contar com uma maior participação dos envolvidos, mas isso não aconteceu, pois somente quatro conselheiros responderam o questionário.

Em seguida, foi estabelecido qual a relevância da democratização da Educação Básica para a sociedade, a partir de uma pesquisa documental e dados da entrevista semiestruturada, incluindo todos os documentos que retratem a democratização do ensino, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, o Plano Nacional de Educação (2014 - 2024), dentre outros regulamentos e declarações. Para Flores (apud CALADO; FERREIRA, 2004, p.3) os documentos,

> [...] são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de se lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação.

Para definição do conceito de Gestão Democrática, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, através de leituras e fichamentos realizados durante a coleta de dados. A partir disso, pudemos sistematizar a importância do trabalho dos conselheiros municipais de educação como instrumento de efetivação de direito e garantia à educação através da gestão democrática.

1.5 O ESTADO DA ARTE

É necessário que para o desenvolvimento da pesquisa haja a compreensão primeiramente do que é o Estado da Arte. O Estado da Arte pode ser caracterizado como um método de levantamento e análise do que se produz considerando as áreas de conhecimento, períodos cronológicos, espaços, formas e condições de produção. (FERREIRA, 2002; ROMANOWSKI; ENS, 2006).

É através deste método, que adquirimos um olhar mais preciso sobre os trabalhos acadêmicos adquirindo a habilidade de categorizar cada temática para a construção da nossa pesquisa. Além disso, a revisão bibliográfica da nossa pesquisa depende inteiramente do processo de construção do Estado da arte.

Portanto, o Estado da arte é fundamental na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois identifica as categorias significativas da construção da pesquisa, aponta as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação e propõe identificar novas investigações que apontem alternativas de solução para os problemas da prática (FERREIRA, 2002; ROMANOWSKI; ENS, 2006).

Nesta perspectiva, o presente tópico tem como objetivo fazer um levantamento acerca da caracterização do Estado da Arte no âmbito educacional através de uma análise das produções científicas que abordam a seguinte temática: “O trabalho dos Conselheiros Municipais de Educação e os desafios em busca da efetivação da Gestão Democrática em Jequié – Bahia.”

Ao desenvolver uma pesquisa de caráter científico é necessário que o pesquisador conheça quais as produções existentes que tratam da sua temática, essa

é uma maneira até mesmo de poder compreender quais as lacunas que existem relacionadas ao referido objeto de estudo.

Em conjunto com o Estado da Arte, fez-se necessário durante esse processo de investigação, fazer um recorte temporal sobre as pesquisas. Os trabalhos aqui analisados foram entre dissertações e teses defendidas nos anos de 2013 e 2020.

1.5.1 OS BANCOS DE DADOS UTILIZADOS

A escolha dos bancos de dados utilizados se deu a partir de uma “pesquisa geral” em que parte das plataformas que forneceram informações ligadas ao nosso objeto de estudo foram selecionadas. Até o momento, foram escolhidos três bancos de dados que contribuíram para o levantamento conhecimento sobre o tema.

A investigação das pesquisas científicas ocorreu, até o momento, nos seguintes bancos de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES e Banco de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação da UESB – PPGEd, sendo tais pesquisas realizadas entre os dias 22 de outubro de 2020 até o dia 10 de novembro de 2020.

1.5.2 DEFINIÇÃO DOS DESCRITORES

Os descritores de busca foram escolhidos através de palavras-chaves. Inicialmente utilizamos o tema da pesquisa “O trabalho empreendido pelos Conselheiros Municipais de Educação e os desafios em busca da efetivação da Gestão Democrática em Jequié – Bahia” para que tivéssemos uma visão como um todo acerca dos conhecimentos produzidos, mas como esperado não obtivemos resultados em nenhuma das plataformas.

Como forma de uma busca mais avançada, optamos pelos seguintes descritores: a) Conselho Municipal de Educação; b) Gestão Democrática; c) Os desafios da Gestão Democrática. Em algumas das plataformas foram necessárias determinadas filtragens pelo fato de termos encontrado um número muito grande de

produções científicas. Dentre as filtragens, utilizamos: a) Área do Conhecimento: Educação; b) Área Avaliação: Educação; c) Área de Concentração: Educação; d) Tipo de documento: Teses/Dissertações. Além de utilizarmos o recorte temporal, entre os anos de 2013 e 2020.

1.5.3 RESULTADOS DAS BUSCAS NOS BANCOS DE DADOS

Neste tópico apontaremos quais foram os resultados encontrados em cada banco de dados. Conforme mostra tabela abaixo, uma das plataformas que utilizamos foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Quando buscamos pelo descritor “Conselho Municipal de Educação” foram encontradas um total de 778 pesquisas científicas, entre teses e dissertações. Fez-se necessário então restringir a pesquisa através de um recorte temporal de teses e dissertações defendidas entre os anos de 2015 e 2020. Após o recorte temporal, foram encontrados 362 textos e em seguida foi realizada uma breve análise dos títulos e optamos então por filtrar o tema “Gestão Democrática”. Feito isso, encontramos 22 teses e dissertações que tratassem de: Gestão x Democratização x Conselho Municipal de Educação.

Utilizando diretamente o descritor da “Gestão Democrática” foram encontradas 945 produções científicas e restringindo para a área da Educação, com o recorte temporal entre os anos de 2015 e 2020, obtivemos 35 resultados. O último descritor utilizado foi o termo “Desafios da Gestão Democrática”, a busca foi realizada com o mesmo recorte temporal utilizado nos demais descritores e obtivemos 9 resultados de teses e dissertações.

QUADRO 2 – Resultados de produções acadêmicas encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

BANCO DE DADOS	DESCRITORES	DATA DE BUSCA	QUANTIDADE	RECORTE TEMPORAL
Biblioteca Digital Brasileira de	Conselho Municipal de Educação	01/11/2020	22 resultados	2015-2020
	Gestão Democrática	01/11/2020	35 resultados	2015-2020

Teses e Dissertações (BDTD)	Desafios da Gestão Democrática	01/11/2020	9 resultados	2015-2020

Fonte: elaborado pela autora a partir do banco de dados: BDTD (2020).

A plataforma de Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES nos possibilitou um número muito mais amplo de pesquisa científicas relacionadas a nossa temática, quando buscamos pelo título da pesquisa não obtivemos nenhum resultado. Então, começamos as buscas descritor “Conselho Municipal” e através do recorte temporal entre os anos de 2015 e 2020 obtivemos um número muito grande no total de 8.409 teses e dissertações. Afim de restringir o grande número de pesquisas encontradas fizemos o recorte temporal entre os anos de 2017 e 2020, selecionando as áreas de conhecimento e concentração na Educação, e obtivemos um total de 436 pesquisas.

Em seguida, buscamos pelo descritor “Gestão Democrática” com o recorte temporal entre os anos de 2015 e 2020 e obtivemos cerca de 2.224 teses e dissertações. Após a filtragem, definindo a área de conhecimento, de concentração e alterando o recorte temporal para o ano de 2017, tivemos 224 resultados.

O último descritor que buscamos foi Desafios “AND” Gestão Democrática, com todas as filtragens já descritas anteriormente, encontramos um número considerável de pesquisas relacionadas a temática, como apresenta o quadro abaixo:

QUADRO 3 – Resultados de produções acadêmicas encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações.

BANCO DE DADOS	**DESCRITORES**	**DATA DE BUSCA**	**QUANTIDADE**	**RECORTE TEMPORAL**
Catálogo de Teses e Dissertações - CAPES	Conselho Municipal de Educação	01/11/2020	436 resultados	2017-2020
	Gestão Democrática	01/11/2020	224 resultados	2017-2020

	Desafios “AND” Gestão Democrática	01/11/2020	169 resultados	2017-2020

Fonte: elaborado pela autora a partir do banco de dados: CAPES (2020).

Utilizando o descritor “Conselho Municipal de Educação” no Banco de Dissertações e Teses do PPGEd/UESB obtivemos um único resultado de uma dissertação publicada no ano de 2018, portanto, não foi necessário fazer um recorte temporal nesta plataforma digital. Já com o descritor “Gestão Democrática” obtivemos 2 resultados, uma pesquisa sendo publicada no ano de 2017 e a outra no ano de 2020, como apresenta a tabela abaixo:

QUADRO 4 – Resultados de produções acadêmicas encontradas no Banco de Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

BANCO DE DADOS	DESCRITORES	DATA DE BUSCA	QUANTIDADE	ANO
Banco de Dissertações e Teses – PPGEd/UESB	Conselho Municipal de Educação	22/10/2020	1 resultado	2018
	Gestão Democrática	22/10/2020	2 resultados	2017/2020

Fonte: elaborado pela autora a partir do banco de dados: PPGEd/UESB (2020).

Após a busca nos bancos de dados, análises de algumas teses e dissertações encontradas depois da filtragem, fizemos a seleção de 12 textos que dialogam entre si e que irão contribuir para o desenvolvimento da nossa pesquisa. Os critérios utilizados para a inclusão desses textos partiram do princípio de aproximação com a temática. Portanto, todos aqueles textos que possuem a mesma perspectiva que a nossa pesquisa, foram selecionados. Já o critério de exclusão se deu por teses e dissertações que fugiram da área de concentração em Educação e do âmbito democrático.

Ao analisar as pesquisas nos bancos de dados citados acima percebemos que existem uma grande quantidade de trabalhos acadêmicos produzidos que envolvem a Gestão Democrática, mas quando se trata do Conselho Municipal de Educação a pesquisa se restringe. A proposta da nossa pesquisa é justamente dar voz aos conselheiros municipais de educação, compreendendo o papel deles dentro do munícipio de Jequié com o objetivo de efetivar a gestão democrática.

1.5.4 DIALOGANDO COM AS TESES E DISSERTAÇÕES SELECIONADAS

Os bancos de dados foram essenciais para a seleção dos textos que irão servir como base para o referencial bibliográfico da nossa pesquisa. Listamos todos os textos encontrados no quadro a seguir:

QUADRO 5 – Resultados das produções selecionadas para o desenvolvimento da pesquisa.

TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO	ANO	ESTADO
1. Conselho Municipal de Educação: trajetória e impasses no processo de democratização do ensino público em Cuiabá-MT	Ines Maria da Costa Marques	Universidade Estácio de Sá	2011	Mato Grosso do Sul
2. Sistema Municipal de Ensino: Arena de Confluências, rupturas e desafios na democratização da educação.	Óseias Santos de Oliveira	Universidade Federal de Santa Maria	2012	Rio Grande do Sul
3. Institucionalização da gestão democrática da educação como política pública no sistema municipal de ensino de Igarapé-açu, Pará.	Vanilson Oliveira Paz	Universidade Federal do Pará	2015	Pará
4. O papel do Conselho Municipal de Educação de Araucária e a democratização das políticas educacionais	Eliza Gisele Pereira Marafigo	Universidade do Vale do Itajaí	2015	Santa Catarina
5. Conselho Municipal de Educação de Feira de Santana: o contexto da	Selma Barros Daltro de Castro	Universidade Federal da Bahia	2016	Bahia

	produção dos textos oficiais				
6.	Participação democrática no Conselho Municipal de Educação de Ribeirão Preto	Ricardo de Padua Salles	Universidade de São Paulo	2016	São Paulo
7.	O Conselho Municipal de Educação de São Luís/Ma: Composição, Percepções e Ações Práticas na Gestão Municipal	Natália Pereira Lima	Universidade Federal do Rio de Janeiro	2017	Maranhão
8.	O direito à educação e à qualidade socialmente referenciada do ensino: a atuação do CME de Mineiros/GO	Guilherme Sousa Borges	Universidade Federal de Goiás	2017	Góias
9.	O Conselho Municipal de Educação: a participação e o controle social das políticas educacionais	Clarice Santos Ferraz Araújo	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	2018	Bahia
10.	A perspectiva da qualidade da educação presente nas ações do Conselho Municipal de Educação de Rio Verde-Go	Renata Freitas Dias	Universidade Federal de Góias	2018	Góias
11.	Os Conselhos Municipais de Educação no sudoeste goiano e a perspectiva democrática	Fátima Almeida Baraúna	Universidade Federal de Góias	2019	Góias
12.	Gestão Democrática Educacional E O Trabalho Do Coordenador Pedagógico: Limites E Contradições	Soane Santos Silva	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	2020	Bahia

Fonte: elaborado pela autora a partir dos bancos de dados: BDTD, CAPES E PPGEd/UESB (2020).

O primeiro texto encontrado, foi escrito por Inês Maria de Costa Marques, a pesquisa é resultado de um mestrado na Universidade Estácio de Sá em 2011. O título da pesquisa é "*Conselho Municipal de Educação: trajetória e impasses no processo de democratização do ensino público em Cuiabá-MT".*

A pesquisa se caracteriza como uma investigação qualitativa sobre a atuação do Conselho Municipal de Educação de Cuiabá - MT no processo de democratização da

educação, que buscou avaliar as ações desenvolvidas por este órgão dentro do munícipio.

O texto *"Sistema Municipal de Ensino: Arena de Confluências, rupturas e desafios na democratização da educação"* escrito por Óseias Santos Oliveira possui grande contribuição na pesquisa, pois o autor em sua tese de doutorado buscou analisar o processo de criação e implementação do Sistema Municipal de Ensino no município de Santa Rosa.

Oliveira (2012, p. 327) defende a ideia de que "pensar a gestão das escolas, não mais na figura do diretor, mas resgatando o sentido do partilhamento do poder, pode ser uma visão de mão dupla que contempla, além de uma gestão participativa, também o aprendizado de participação popular."

A autora Eliza Gisele Pereira Marafigo em sua dissertação de mestrado cujo tema é *"O papel do Conselho Municipal de Educação de Araucária e a democratização das políticas educacionais"* afirma que "a atuação do Conselho Municipal de Educação afeta a qualidade de vida da população". O que reforça a ideia do CME ser um órgão de fundamental importância em relação as fiscalizações dos recursos aplicados às políticas educacionais.

O texto de Selma Barros Daltro de Castro (2016) traz o contexto histórico de Criação dos Conselhos Municipais de Educação sob a perspectiva de autores como Bottomore (2021), Oliveira (2000) e Fóllis (1998). É uma pesquisa desenvolvida no munícipio de Feira de Santana, cujo título é *"Conselho Municipal de Educação de Feira de Santana: o contexto da produção dos textos oficiais."*

O autor Ricardo de Padua Salles (2016), em seu texto *"Participação Democrática no Conselho Municipal de Educação de Ribeirão Preto"* discorre sobre três aspectos essenciais: os contornos do desenho institucional CME, os conteúdos dos seus processos deliberativos e os sentidos da participação em seu contexto.

No texto "*O Conselho Municipal de Educação de São Luís/Ma: Composição, Percepções e Ações Práticas na Gestão Municipal"* escrito por Natália Pereira Lima (2017) em um dos seus capítulos intitulados por "*Rotina e interações dos Conselheiros: o escrito, o dito e o feito"* a autora descreve as entrevistas realizadas com o sujeito das pesquisas, mostrando como funciona a rotina dos conselheiros, as reuniões e quais os assuntos mais tratados durante as sessões.

O autor Guilherme Souza Borges (2017), em sua pesquisa buscou verificar se a atuação do CME no município de Mineiros - GO se caracteriza como um instrumento que tem autonomia para representar a sociedade nos processos de democratização das políticas públicas educacionais e traz como resultados:

> O Conselho Municipal de Mineiros/GO também se insere no contexto de necessidade de aprimoramento dos mecanismos de participação e controle social, tendo em vista sua precária influência mobilizadora e de participação política transformadora no meio educacional sob uma perspectiva socialmente referenciada. (BORGES, 2017, p.181).

A pesquisa de Clarice Ferraz Araújo intitulada por "*O Conselho Municipal de Educação: A Participação e o Controle Social Das Políticas Educacionais"* teve como objetivo analisar as atribuições de como os Conselhos Municipais de Educação vem desempenhando no processo de fiscalização das políticas educacionais. Também utilizou o método do materialismo histórico-dialético, e esperou-se que seu texto pudesse permitir o leitor:

> A compreender o CME não apenas como um espaço de gestão democrática, mas também, como um órgão colegiado inserido neste espaço político e social que surge no Brasil na década de 1980, e que possibilitou levantar as discussões no que tange à participação social junto aos órgãos públicos contribuindo para que o controle social das políticas educacionais no âmbito do município se efetive. (ARAÚJO, 2018, p. 103).

A décima dissertação escrita pela autora Renata Freita Dias, parte de um estudo crítico quanto à atuação do CME e à qualidade da educação, a análise foi subsidiada pela perspectiva do materialismo histórico-dialético, método este que será o mesmo utilizado em nossa pesquisa.

A escolha dos textos de Silva (2020), Baraúna (2019) e Paz (2015), são contribuições para o processo de escrita dos capítulos que contextualizam o surgimento e a importância dos Conselhos Municipais, como estratégia de efetivação da Gestão Democrática das escolas públicas no Brasil.

Nessa perspectiva, partindo do pressuposto de que o Conselho Municipal de Educação é fundamental que existam pesquisas que evidenciem a ação desses agentes de inovações. Portanto, a partir do momento que discutimos sobre o trabalho empreendido pelos conselheiros municipais de educação estaremos dando visibilidade a estes sujeitos.

Portanto, com o levantamento de teses e dissertações produzidas acerca da temática, concluímos que a nossa pesquisa tem uma grande relevância social e acadêmica. Primeiro porque as pesquisas que envolvem o CME são pesquisas que tratam de um contexto histórico, a maioria das pesquisas levaram em consideração apenas o processo de surgimento do Conselho Municipal de Educação e o que se propõe com esta pesquisa é justamente mostrar como funciona o cotidiano dos conselheiros municipais, desenvolvendo a pesquisa através do dia a dia desses sujeitos, mostrando assim a importância do trabalho empreendido por eles para a efetivação de uma gestão democrática.

2 O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: O QUE É?

De acordo com Cury (2000), a origem etimológica da palavra Conselho designa do termo latino *consilium,* que significa *ouvir e ser ouvido*. Pode ser entendido como um órgão político-administrativo responsável por tomar decisões através de análises e de discussões a partir da participação de todos os segmentos de uma localidade.

Podemos definir o conselho como,

> [...] agentes de inovação nas políticas públicas porque, ao realizarem a mediação entre a sociedade civil organizada e os organismos governamentais, estão construindo uma nova esfera pública de poder e de controle social. Como tais representam forças sociais organizadas e contribuem para o fortalecimento de novos sujeitos políticos. (GOHN, 2001, p.31).

O Conselho de Educação, portanto, é um órgão articulador, que planeja e executa ações de acordo com a necessidade de cada segmento da sociedade. Por isso a sua composição se dá por meio de dois ou mais representantes de cada camada que tem um determinado papel na sociedade. A criação do Conselho de Educação é a garantia da firmação de alcançar a necessidade de toda uma localidade por meio de uma perspectiva global (GOHN, 2001).

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), os Conselhos de Educação são órgãos do executivo, situados na estrutura de gestão do sistema de ensino e, na maioria dos municípios, são vinculados à Secretaria de Educação. Dessa forma, são dadas funções gerais de competência a esses órgãos: a) consultiva, que diz respeito

ao assessoramento ao respectivo Executivo na área de educação; b) deliberativa, que se refere ao poder de decisão em matérias específicas, com competência atribuída pela lei de criação ou outros instrumentos normativos próprios; e c) consultiva ou deliberativa, que diz respeito à natureza da função (BRASIL, 2004).

A proposta de criação de um Conselho de Educação não surge recentemente, segundo o autor João Monlevade (2000) desde o Brasil Império existiu conselhos cujo objetivos e características foram se adaptando de acordo com o contexto histórico da sociedade.

A criação do Conselho de Educação se fundamenta a partir da descentralização do poder da União e do Estado, dando autonomia aos municípios e passando a responsabilidade de uma organização própria para cada gestão. (SAVIANI, 2008).

É importante destacar que tais políticas de descentralização estão interligadas com os interesses de um intenso gerencialismo no âmbito educacional, “o próprio fato de deixar a eles a opção indica o reconhecimento explícito de sua competência nesta matéria.” (SAVIANI, 2008, p.6). Nesta perspectiva, iremos compreender o percurso histórico da criação de Conselhos de Educação no Brasil.

2.2 PERCURSO HISTÓRICO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Antes de adentrarmos no trabalho dos Conselheiros Municipais de Jequié, é importante conhecer todo o processo histórico do surgimento dos Conselhos Municipais.

A partir da Constituição Federal Brasileira de 1988 que estabelece os Munícipios como um ente federado, que possui responsabilidades de promover políticas públicas educacionais através da vinculação entre a União, os Estados e o Distrito Federal, inicia-se a ideia de criar um Conselho Municipal de Educação. Fez-se necessário, então, a partir da Carta Magna e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 934, de 1996, algumas atribuições aos munícipios para a criação do próprio Sistema de Ensino. Tais atribuições poderiam ser seguidas em municípios que possuíssem condições estruturais e técnicas, e principalmente, interesse por parte dos seus

governantes para a criação de um Sistema de Ensino Educacional. (BORDIGNON, 2009).

A importância de organizar um Sistema de Ensino Educacional deu-se pela necessidade de atender a todos os interesses locais e, dessa forma, era fundamental que todos os segmentos de tal localidade participassem de forma ativa no plano e na execução de um sistema, pois assim todos os interesses e demandas seriam contemplados (MELO, 2021).

Na perspectiva de uma educação democrática, o Conselho Municipal de Educação se caracteriza como um mecanismo essencial para a democratização do ensino, trazendo autonomia e garantia de uma aprendizagem de qualidade. A entidade se fundamenta como um órgão político-administrativo, com caráter consultivo, normativo, deliberativo, fiscalizador, mobilizador e propositivo (MELO, 2021).

Iremos compreender agora, na perspectiva de Bordignon (2009), o percurso dos Conselhos Municipais de Educação no Brasil. De acordo com o autor, o primeiro conselho a surgir foi na Província da Bahia, através da Lei Provincial de nº 172, denominado por **Concelho de Instruccção Pública (1842).** O segundo conselho surge no Rio de Janeiro, por meio do Decreto Imperial nº 1.331-A, denominado por **Conselho Director do Ensino Primário e Secundário do Munícipio da Corte.**

Entre os anos de 1846 até 1911, surgiram diversas propostas para a criação de um conselho, mas, somente em 1911, é que passam a funcionar efetivamente em todo o Brasil. Observe o quadro 1 de acordo a ótica do autor Bordignon (2009):

QUADRO 6 – Criação dos Conselhos de Educação no Brasil por ordem cronológica.

CONSELHOS	ANO DE SURGIMENTO	CARACTERÍSTICAS
Conselho Federal de Educação	1962 - 1994	Criado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 e implementado em 12 de fevereiro de 1962, recebendo designações de formular a política nacional de educação e normatizar sobre o sistema federal de ensino todas as demandas. O Presidente da

		República teve a responsabilidade de nomear 24 conselheiros.
Conselho Nacional de Educação	1936-1961	O segundo Conselho Nacional de Educação, surgiu de acordo com a Constituição de 1934 e foi responsável por elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE), sendo regulamentado pela Lei nº 176/36. Foi estabelecido 22 conselheiros e o CNE anterior elaborou listras tríplices com representantes da educação no âmbito nacional e estadual.
Conselho Nacional de Educação	1931 - 1936	Se caracterizou como o primeiro Conselho Nacional de Educação (CNE) criado pelo Decreto nº 19.850, em 11 de abril de 1931. Orgão consultivo do MEC que teve como objetivo colaborar com as propostas e de "elevar" a cultura brasileira de forma intelectual.
Conselhos Estaduais	1962 - 1965	Foi implementado efetivamente a partir da aprovação da LDB (Lei nº 4.024/61). E a partir de 1962 todos os estados brasileiros criaram seus conselhos de educação. Além da Bahia, no início do século 20, Acre, Alagoas e Rio Grande Sul haviam criado seus conselhos.
Conselho Superior de Ensino	1911	Possuía atribuições voltados para o ensino superior que reforçava o período histórico iniciado com a chegada da Família Real e foi criado através do Decreto de nº 8.659, em 5 de abril de 2011. Era presidido por diretores das faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e Bahia, de Direito de Pernambuco e São Paulo, da escola Politécnica do Rio de Janeiro e do Colégio Pedro II e composto por

		representantes de cada instituição eleitos de forma democrática.
Conselho Nacional de Ensino	1925	Uma remodelação do Conselho Superior de Ensino, ampliando sua composição e atribuições para alcançar todos os segmentos de ensino. Foi criado por meio do Decreto nº 16.782-A, em 13 de janeiro de 1925.
Conselhos Municipais de Educação	1936	Os primeiros Conselhos Municipais de Educação, surgiu no Município de Candelária em (RS) que criou através do Decreto nº 1 em 5 de agosto, fundamentado na Constituição de 1934. E no munícipio de Nova Hamburgo (RS). Após a Constituição Federal de 1988 ocorreu a criação dos Sistemas Municipais de Ensino em quase todos os municípios do país.
Conselho Nacional de Educação	1994	Fundado a partir da Medida Provisória nº 661 em 18 de outubro de 1994. Foi instituído pela Lei nº 9.131 em 24 de novembro de 1995 e instalado apenas em fevereiro de 1996. O terceiro CNE foi dividido em educação básica e educação superior, sendo metade dos conselheiros nomeados pelo Governo e a outra metade pelas listas tríplices indicadas pela sociedade civil.

Fonte: Criação de Conselhos entre o ano de 1911 a 1965, no livro *Gestão da Educação no Município: Sistema, Conselho e Pano* – sob a perspectiva de Genuíno Bordignon (2009).

A partir da retrospectiva fundamentada por Genuíno Bordignon (2009), podemos compreender o processo de criação dos Conselhos de Educação no Brasil. Vale destacar que, no período de 1925, Anísio Teixeira, a partir de uma experiência

americana, desenvolveu uma proposta para criar os Conselhos Municipais na Bahia, mas tais propostas acabaram não sendo implantadas.

Os primeiros Conselhos de Educação foram instituídos de acordo com o modelo dos europeus, ganhando uma característica de funções apenas administrativas, já que possuíam diretores, “a eles foram atribuídas funções de planejamento e gestão do ensino, como: colaborar com o Governo na definição de normas, disciplinando matérias...”, portanto, eles tiveram o objetivo de apenas servir ao Governo para exercer suas funções. (BORDIGNON, 2009, p.60).

> Da parte do governo, a criação desses organismos está estreitamente articulada a concepções de eficiência, de controle social e de legitimação política. Porém, podem apresentar outros significados, nos quais a participação da sociedade civil carrega a expectativa da criação de novas formas de relacionamento entre Estado e os cidadãos, a fim de garantir o acesso aos seus direitos. (MONLEVADE, 2000, p. 15).

Podemos analisar também que, ao longo do percurso histórico, os Conselhos de Educação foram ganhando características de acordo com as mudanças ocorridas na sociedade, principalmente, através de reformas educacionais. Portanto, a criação dos conselhos passou a ganhar efetividade a partir da Constituição Federal.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 foi fundamental para a consolidação do Conselho Federal de Educação, determinando assim a criação dos demais conselhos. Tanto a LDB de 1961 quanto a Constituição Federal Brasileira de 1988 fazem referência apenas aos Sistemas Municipais de Ensino e não aos conselhos (BORDIGNON, 2009).

A CFB se baseia na autonomia dos entes federados na organização dos sistemas de ensino, portanto, os Conselhos de Educação passaram a ser restritivos para os munícipios, através de uma lei própria (BORDIGNON, 2009).

Em relação às Leis do Conselho de Educação,

> [...] são alteradas e os mesmos são reorganizados ou reestruturados, definindo-se um caráter mais participativo nesses órgãos, que passam a contar na sua composição com representantes indicados por segmentos da sociedade civil organizada, e não mais apenas por membros escolhidos pelo Poder Executivo. Além disso, um novo papel lhes é conferido: o de interlocutor e representante dos interesses da sociedade, devendo, portanto, atuar na defesa dos direitos sociais assegurados na Constituição Federal (arts. 205, 206 e 208) como o direito de todos a um ensino de qualidade. (SILVA, 2009, p. 39, com grifos do autor).

De acordo com Silva (2009), o Conselho de Educação é um órgão que possui caráter participativo e que é composto por representantes de diversos segmentos da sociedade, tendo como objetivo garantir o que está assegurado na Constituição Federal Brasileira, contribuindo na efetividade da democratização e na qualidade de ensino do país.

2.3 FUNÇÕES DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO

Os Conselhos Municipais de Educação têm responsabilidade tanto sob a Educação Básica quanto a Educação Superior, bem como a todas as instituições educacionais, sejam elas públicas ou privadas. Além de possuírem leis próprias, de acordo ao seu Munícipio e serem compostos por representantes de diferentes setores educacionais. (BORDIGNON, 2009).

Conforme Bordignon (2000, p. 74), “nas funções atribuídas aos conselhos é relevante distinguir a natureza e o objeto.” Portanto, a natureza das funções diz respeito ao poder dos conselhos, podendo ser consultivo ou deliberativo. O *caráter deliberativo* possibilita ao conselho o poder de decisões específicas. Ou seja:

> Nas matérias de competência do conselho, em caráter deliberativo, a instância de decisão sobre aquele tema será do conselho. O Executivo não poderá decidir, ou agir, de forma a ignorá-lo ou contradizê-lo. No exercício da função deliberativa, o conselho aprova, decide, estabelece normas e ações, por meio de resoluções e pareceres. Ao Executivo caberá implementar, executar, por meio da ação administrativa própria, a decisão do conselho. Convém enfatizar que, dentre as competências de caráter deliberativo, ressalta a função normativa. (BORDIGNON, 2000, p. 76).

No *caráter consultivo,* os conselhos educacionais têm a função de assessorar as ações governamentais no âmbito educacional, pois:

> Na sua concepção original, os conselhos eram considerados órgãos de assessoramento superior, chamados a colaborar na formulação das políticas educacionais. No exercício dessa função, os conselhos propõem ações, opinam sobre temas relevantes, respondem a consultas, por meio de pareceres. (BORDIGNON, 2000, p. 76).

Retomando a ideia do autor de distinguir natureza *versus* objeto, o objeto das funções significa as temáticas que os conselhos educacionais deverão exercer a sua deliberação, destacam-se como funções próprias dos conselhos:

> **a) A normativa –** em geral de caráter deliberativo, atribui ao conselho a competência de regulamentar o funcionamento do Sistema de Ensino. A competência normativa é sempre enfatizada como a mais relevante, mas nem sempre é explicitado se ela é de caráter deliberativo ou consultivo, o que, de certa forma, define a natureza de um conselho. **b) A interpretativa** – diz respeito à competência, tradicionalmente atribuída aos conselhos, de interpretar e dirimir conflitos e dúvidas sobre a correta aplicação de normas educacionais no âmbito do Sistema de Ensino. **c) A credencialista** – diz respeito à competência, em geral de caráter deliberativo, de aprovar o credenciamento de instituições de ensino e a autorização de seus cursos. Em alguns conselhos essa competência abrange a aprovação do regimento, do projeto político-pedagógico e das matrizes curriculares dos cursos. **d) A recursal** – situa o conselho como instância de resolução de conflitos entre pais e instituições de ensino (conselhos escolares) ou entre estes e o Governo. A competência recursal é especialmente relevante para criar mecanismos de negociação democrática de conflitos. **e) A ouvidora –** cabe aos conselhos exercer o papel de defesa dos direitos educacionais dos cidadãos, ouvindo cidadãos e instituições, numa escuta pedagógica, e tomando posição sobre questões a ele submetidas, seja como orientação ou afirmação de princípios. (BORDIGNON, 2000, p. 76).

Visto isso, concluímos que o Conselho de Educação tem como principal função elaborar normas complementares para o sistema de ensino, no que se refere à autorização de funcionamento de todas as escolas; assumir a assessoria aos Governantes, através de pareceres referentes voltados para projetos educacionais; aprovar estatutos e regimentos que estão envolvidos no currículo escolar. Por ser um órgão político-administrativo, também pode adotar propostas para a melhoria do ensino-aprendizagem, buscando diversas estratégias articuladas aos interesses locais.

3 O CONSELHO MUNICIPAL DE JEQUIÉ - BAHIA: LEI Nº 1.278/1992: ASPECTOS DO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ – BAHIA

O município de Jequié está localizado no interior do estado da Bahia, na região sudoeste. De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - 2020), o município possui 2.969,039km² de área territorial com uma população estimada de 156.126 pessoas e aponta que 97,4% da população jequieense de 6 a 14 anos estão matriculados na rede de ensino.

De acordo com o quadro abaixo elaborado através de dados coletados no site QEdu (2020), o munícipio é composto por 222 instituições escolares, sendo estas:

QUADRO 7 – Dados das Instituições Escolares do município de Jequié – Bahia.

ESCOLAS MUNICIPAIS	ESCOLAS ESTADUAIS	ESCOLAS FEDERAIS	ESCOLAS PRIVADAS
134 escolas	12 escolas	1 escola	83 escolas

Fonte: quadro elaborado pela autora de acordo os dados coletados no site do QEdu (2020).

Com os dados obtidos, pode-se analisar que o município de Jequié, no âmbito de instituições estaduais e federais, mostra-se escasso. Em compensação, as escolas municipais predominam com o total de 134. O que nos leva a pensar no afunilamento da responsabilidade do Estado no município de Jequié, já que as instituições responsáveis pelo Ensino Médio possuem uma diferença de 122, o que faz ser muito inferior em relação às escolas de Ensino Fundamental I e II.

O afunilamento se deu, a partir do momento em que o Estado passou a ser responsável apenas pelo ensino médio; enquanto os municípios ficaram responsáveis pela educação infantil, os anos iniciais e finais do ensino fundamental.

> A responsabilidade do Poder Público para com a educação envolve recursos orçamentários vultosos. Em um país como o Brasil, onde a maioria da população situa-se nos limites da pobreza, o direcionamento de recursos do Estado para a área da educação, como a da saúde e as dos demais serviços públicos em geral, não só é fator essencial para promover os desenvolvimentos econômico e social, como constitui importante instrumento para minorar a excessiva desigualdade na distribuição da renda. (GOLDEMBERG, p.71, 1993).

Diante da situação, é importante destacarmos que se o poder público destinasse mais recursos para o Ensino Fundamental, o nível de precariedade do ensino nesta etapa de ensino seria muito inferior ao que encontramos.

Conforme a reformação da Lei Orgânica do Município nº 1.552 em 04 de fevereiro de 2002, o município se organiza estruturalmente da seguinte forma:

QUADRO 8 – Organização Estrutural do Sistema Municipal de Ensino.

ORGÃOS COLEGIADOS:
1. Conselho Municipal de Educação
2. Conselho de Alimentação Escolar
3. Conselho Municipal de Saúde
4. Conselho Municipal de Desenvolvimento Social
5. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
6. Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente
7. Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA
8. Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC
9. Comissão Tarifária
ORGÃOS SISTÊMICOS ESSENCIAIS:
1. Fundo Municipal de Educação
2. Fundo Municipal de Saúde
3. Fundo Municipal de Ação Social
ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA:
1. Secretaria Municipal de Governo
2. Procuradoria Geral do Município
3. Controladoria Geral do Município
4. Secretaria Municipal de Administração
5. Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças
5. Secretaria Municipal de Tributação e Arrecadação
6. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
7. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
8. Secretaria Municipal de Educação
9. Secretaria Municipal de Saúde
10. Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Meio Ambiente

11. Secretaria Municipal de Cultura
12. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Fonte: quadro elaborado pela autora de acordo os dados existentes na reformulação da Lei Orgânica do Município nº 1.552 em 04 de fevereiro de 2002.

Ao analisar os registros bibliográficos da educação referentes à cidade de Jequié, pode-se perceber que o município sempre sofreu pela existência de uma influência política dominante e controladora a cada projeto desenvolvido. Percebe-se que medidas foram criadas, porém nunca implementadas. A organização estrutural do Sistema Municipal de Ensino nos mostra a criação de diversos órgãos de administração, mas, na realidade, os únicos que estão articulados atualmente é a Secretaria Municipal de Cultura e a Secretaria Municipal de Educação, por meio de projetos que vêm sendo desenvolvidos no munícipio. Dentro dessa mesma perspectiva, Paro (2000) afirma que,

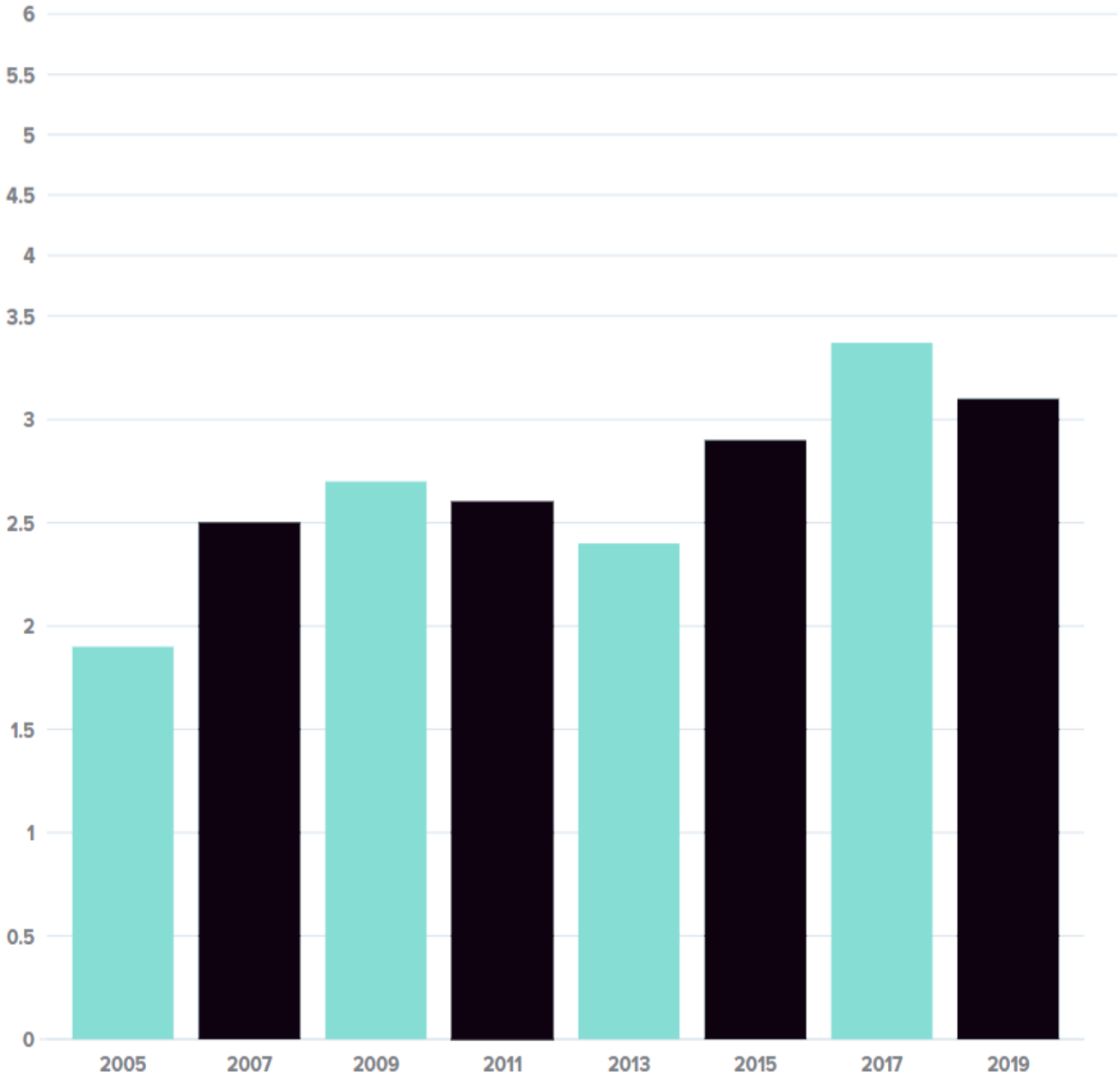
> [...] os discursos de nossas autoridades educacionais estão repletos de belas propostas que nunca chegam a se concretizar inteiramente porque, no momento de sua execução, faltam a vontade política e os recursos (tão abundante para outros misters) capazes de levá-las efetivamente a bom termo. Por isso, parece haver pouca probabilidade de o Estado empregar esforços para a democratização do saber sem que a isso seja compelido pela sociedade civil. No âmbito da unidade escolar, esta constatação aponta para a necessidade de a comunidade participar efetivamente da gestão da escola de modo a que esta ganhe autonomia em relação aos interesses dominantes representados pelo Estado. (PARO, 2000, p. 40).

O que complica ainda mais quando levamos para o âmbito educacional, pois de acordo com a necessidade do município, surgem leis que contribuem para o desenvolvimento da educação, mas estas são arquivadas por parte da gestão municipal e só são colocadas em prática oito anos após a eleição de outro prefeito, por exemplo. É importante refletirmos que a educação quando tratada de forma fragmentada resulta em ensino-aprendizagem fragmentados.

O que retrata a realidade do munícipio, pois são muitos os desafios para efetivar uma educação pública e de qualidade social. Ao realizar a pesquisa, despertou-se a necessidade de fazer uma análise sobre os resultados dos últimos dezesseis anos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB - 2021). Evidencio aqui que não considero a avaliação de larga escala como um medidor de qualidade da educação e muito menos uma política democrática, mas trago os dados disponibilizados das Escolas

Municipais que possuem Anos Finais para fazermos uma reflexão sobre os desafios existentes na educação do município de Jequié:

FIGURA 1 – Gráfico demonstrativo de acordo com os dados do IDEB – 2021 dos Anos Finais das Escolas Públicas do município de Jequié – BA.

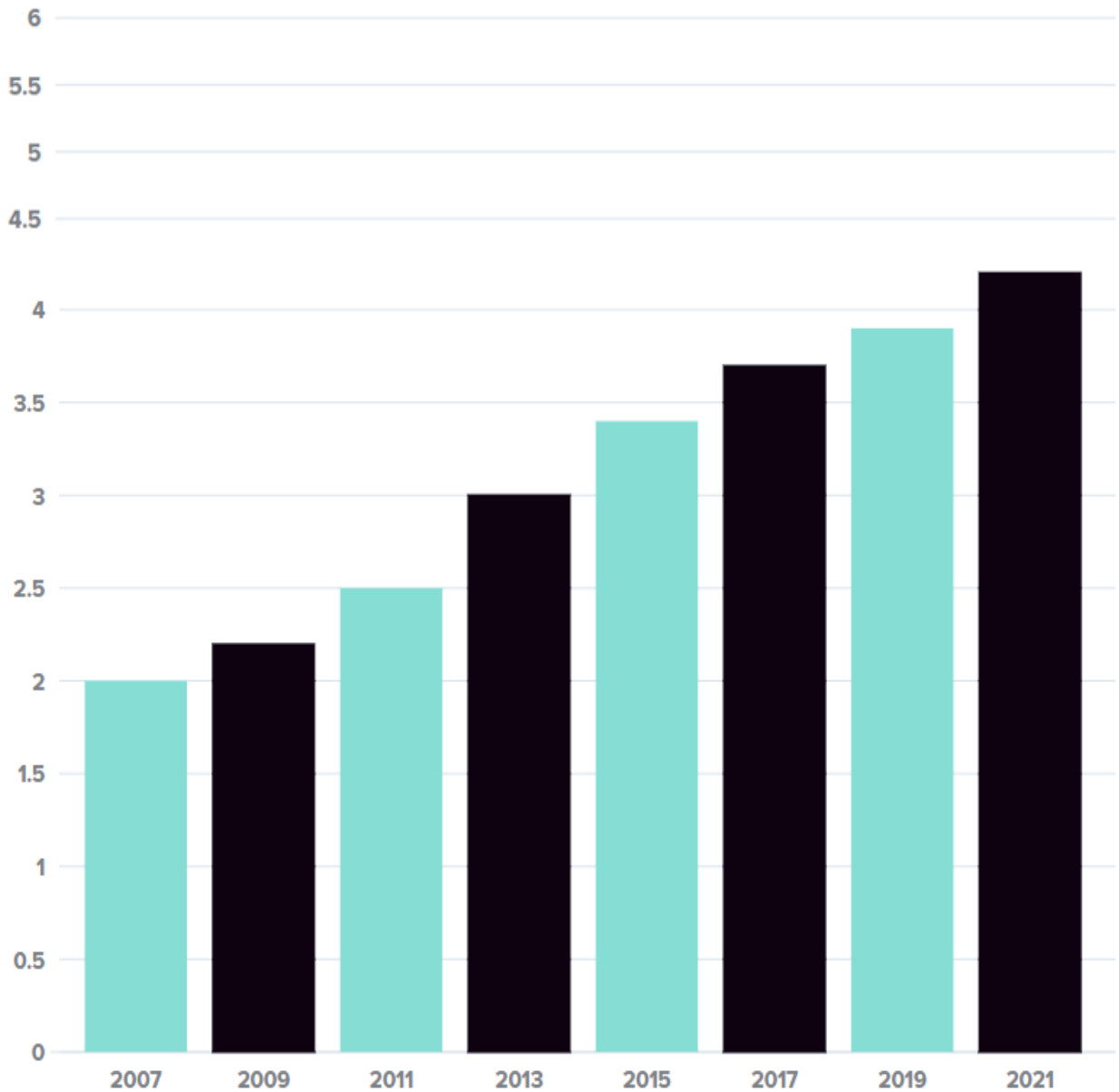


Fonte: elaborado pela autora de acordo com os dados encontrados no site do IDEB (2021).

A **figura 1** apresenta o quanto as notas do IDEB oscilaram entre os anos de 2005 e 2019 no município de Jequié. A nota máxima do IDEB é (6,0) e somente nos anos de 2017 e 2019 é que o município consegue atingir ao menos 50% da nota.

Nesta perspectiva, ainda de acordo com os dados apresentados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, foi estabelecida uma meta para os anos seguintes, como mostra a **figura 2.** Mas o único ano em que a meta foi alcançada foi apenas em 2011, quando o município registrou (2,5).

FIGURA 2 – Gráfico de metas estabelecidas do IDEB – 2021 dos Anos Finais das Escolas Públicas do município de Jequié – BA.



Fonte: elaborado pela autora de acordo com os dados encontrados no site do IDEB (2021).

O objetivo de apresentar os gráficos com os dados do IDEB é para compreendermos quais são as expectativas depositadas na educação do município de

Jequié. Partindo dessa direção, as metas propostas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica não foram alcançadas, para o ano de 2023 espera-se que o munícipio obtenha uma nota maior que 4,2.

Durante o ano de 2020, devido o início da pandemia do COVID-19, as escolas municipais de Jequié tiveram suas aulas suspensas desde o dia 18 de março, retomando somente com as atividades em março de 2021. O trabalho que vem sendo desenvolvido pelos representantes do Conselho Municipal de Jequié durante seis meses em vigência desperta em nós educadores o sentimento de esperança quando se trata da efetivação de uma gestão democrática e participativa nas escolas.

3.2 A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JEQUIÉ: LEI 1.278/1992

O Conselho Municipal de Educação de Jequié foi criado através da Lei de nº 1.278 em 30 de dezembro de 1992. Em seu artigo 1º, define-se como um órgão normativo, deliberativo e consultivo que está ligado à *Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer*[2]*,* cujo objetivo é planejar e orientar a política educacional de Jequié.

O Conselho Municipal de Educação de Jequié possui 13 representantes nomeados pelo Prefeito Municipal e indicado por jequieenses que possuem experiência na área educacional, se constituindo da seguinte forma: a) Três representantes pela Administração Municipal, no qual um destes era o Secretário Municipal de Educação, que automaticamente deveria presidir o Conselho; b) Um representante efetivo indicado pela Câmara Municipal de Jequié; c) Um representante indicado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; d) Um representante indicado pela Rede Estadual de Ensino; e) Um representante efetivo indicado pela Rede Privada de Ensino; f) De um representante indicado pela Associação dos Professores Licenciados do Estado da Bahia (APLB – Sindicato); g) Um representante efetivo indicado pela DIREC-13; h) Um representante efetivo indicado pela Associação de Pais e Alunos das redes Oficial e

[2]Somente através da Lei de 1.650 de 14 de julho de 2005 no artigo 1º que se institui a desvinculação da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e ocorre a mudança da nomenclatura para Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Em 2008 entra em vigor a Lei de 1.793 que cria a Secretaria Municipal de Cultura e só a partir disso ocorre a mudança completa para Secretaria Municipal de Educação.

Privado de Ensino; i) Um representante indicado pelo Conselho Popular Municipal; j) E de um representante indicado pelo Conselho Popular Municipal. Cada representante indicado possui os seus respectivos suplentes, somente o Vice-Presidente e o Secretário Executivo que são escolhidos dentro do próprio órgão e eleitos através do voto direto.

A Lei de nº 1.278/92 institui, em seus artigos 5º e 6º, que o mandato dos conselhos tem vigência apenas por dois anos e que o Conselho efetivo perderá o mandato quando deixar de comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas ou cinco alternadas. Durante esse período, quem presidia o Conselho Municipal de Jequié era o próprio Secretário de Educação do Munícipio, cuja suas funções eram: coordenar todas as atividades do CME; convocar e presidir todas as reuniões; fazer cumprir as decisões do Conselho e prestar contas e divulgar as atividades do Conselho.

Entre as funções previstas na Lei de Criação do CME nº 1.278, compete ao órgão elaborar o seu próprio regimento; discutir e aprovar o Plano Municipal de Educação; analisar e propor diretrizes para a Política Municipal de Educação, através de criação de normas; indicar ao Sistema Municipal de Ensino quais são as disciplinas obrigatórias e optativas; fiscalizar a aplicação dos recursos destinados para a educação; autorizar organização de cursos nas escolas; fiscalizar o ensino no Município, especialmente, nas escolas privadas de todos os níveis de ensino; fixar e dispor de normas; emitir pareces e se articular com órgãos federais e estudais, fundações que possam contribuir na melhoria da educação do município de Jequié.

A organização estrutural do Conselho Municipal de Jequié é composta por: I) Plenário; II) Presidente; III) Secretaria Geral; IV) Comissão de Legislação e Normas – CLN e V) Comissão de Assuntos Técnicos Pedagógicos – CATEP.

3.3 A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ACORDO COM O REGIMENTO INTERNO

Durante a pesquisa documental nos debruçamos sob o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação de Jequié quanto a sua composição e através de uma síntese, pudemos compreender os seguintes aspectos:

3.3.1 PLENÁRIO

O primeiro órgão que compõe a organização estrutural do Conselho Municipal de Educação de Jequié é o Plenário, que se caracteriza como o órgão máximo da estrutura do Conselho Municipal de Educação. É presidido por um representante eleito de forma democrática e em sua ausência pelo Vice-Presidente.

As reuniões deste órgão podem ser ordinárias, sendo uma vez por mês ou extraordinárias quando necessárias e são convocadas pelo Presidente do Conselho. O Plenário tem como função elaborar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação, interpretar as leis educacionais, emitir pareceres, fixar normas e autorizar funcionamento de escolas, aprovar regimentos das redes de ensino, fixar critérios para matrícula, deliberar recursos, aprovar projetos e calendários.

As sessões são públicas, o que dá direito a voz a todos os representantes da sociedade, desde que exista um deferimento de inscrição antes mesmo da pauta ser divulgada, não sendo permitidos falas duplicadas sobre determinado assunto e anualmente o plenário se reúne com pais, professores, diretores, coordenadores e demais integrantes da escola para avaliarem o sistema de funcionamento da educação nestes setores.

3.3.2 PRESIDENTE

O Presidente do Conselho Municipal de Educação é responsável por sempre representar o órgão perante todas as instituições públicas e privadas; presidir todas as sessões do Plenário; constituir grupos de trabalhos; elaborar plano de despesas; homologar pareceres, resoluções e indicações aprovadas pelo Plenário; emitir atos administrativos; responsabilizar-se junto com a Secretaria Geral a aplicação dos recursos colocados à disposição do Conselho; aprovar as pautas das sessões; abrir e fechá-las; distribuir processo, projetos e proposições juntamente com a Secretaria Geral; articular-se com a Secretaria Municipal de Educação para designar recursos humanos e captação de recursos materiais e financeiros, além de exercer quaisquer outras atribuições cujo objetivo é melhorar o funcionamento do Conselho.

3.3.3 SECRETARIA GERAL

O terceiro órgão que constitui a estrutura organizacional do Conselho Municipal de Educação de Jequié é a Secretaria Geral, órgão este responsável pelos servidores do Conselho que também controla o funcionamento administrativo e técnico do Conselho, com o objetivo de melhor funcionamento da educação.

A Secretaria Geral assina conjuntamente com a Presidência; lavra atas das seções do plenário; distribui aos Conselheiros todos os projetos e processos; supervisiona e adota todas as providências que envolve a administração.

O processo de escolha do Secretário Titular acontece por processo seletivo, mediante a comprovação da formação compatível com a função designada e comprovado o exercício de um cargo técnico administrativo.

3.3.4 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS – CLN

O quarto órgão é a CLN (Comissão de Legislação e Normas) que é responsável por analisar as leis de ensino, as organizações de cursos, todos os convênios e recursos que estejam voltados para o âmbito educacional.

É este órgão que propõe as normas para exames de capacitação, para aprovação de regimentos escolares, normas relativas a Educação Especial, procedimentos relativos de autorização para o exercício do Diretor Escolar, Vice-Diretor Escolar e o Secretário Escolar.

O órgão também realiza estudos sobre propostas de matrículas, sobre aplicação das leis de ensino, submete ao Plenário pareceres conclusivos e realiza seminários e fóruns que tratam da importância do direito educacional e sua relação com a comunidade.

3.3.5 COMISSÃO DE ASSUNTOS TÉCNICOS PEDAGÓGICOS – CATEP

O último órgão que constitui a estrutura organizacional do Conselho Municipal de Educação de Jequié é a CATEP (Comissão de Assuntos Técnicos Pedagógicos). Compete a este órgão opinar sobre propostas de convênios, sobre projetos de experiências pedagógicas, sobre calendários escolares e anos letivos, inclusive os especiais.

A CATEP propõe medidas relacionadas a aceleração de cursos e faz indicações de instituições oficiais para supletivos. Cria também critérios para a avaliação da Secretaria Municipal de Educação e acompanha às unidades Escolares na implementação dos projetos pedagógicos.

Tanto a Comissão de Legislação e Normas – CLN quanto a Comissão de Assuntos Técnicos Pedagógicos – CATEP, possuem um Secretário Titular que é responsável por executar os serviços necessários. A composição de ambas as comissões se organiza da seguinte forma: É responsável pela administração um Conselheiro *escolhido* para ser o coordenador, durante dois anos.

De acordo com a organização estrutural do CMEJQ podemos analisar que “a maneira cartorial como são constituídos alguns colegiados tem levado ao seu funcionamento inade-quado”. (MENDONÇA, 2000, p. 290).

3.4 AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ PELOS(AS) CONSELHEIROS(AS)

Nos tópicos anteriores, pode-se compreender como é organizado o Conselho Municipal de Educação de Jequié, é importante destacar também a mudança que ocorreu entre a Lei nº1.278/92 e a Lei nº 1.423/97.

A alteração exclui a obrigatoriedade do próprio Secretário Municipal de Educação presidir o Conselho através da Lei nº1.423 em 21 de outubro de 1997. Essa mudança é fundamental para que o Conselho Municipal de Educação passe a agir dentro do município de forma mais democrática, autônoma, coerente e fiscalizadora.

Após a coleta de dados, foram analisadas algumas ações desenvolvidas pelo Conselho Municipal de Jequié. O que se pode concluir é que apesar do CME ser um órgão fundamental na tomada de decisões para a comunidade local, falta autonomia e modernização nas ações.

Conforme o quadro abaixo, podemos perceber que as ações desenvolvidas possuem cerca de 15 a 25 anos:

QUADRO 9 – Atividades realizadas pelo Conselho Municipal de Jequié.

AÇÕES	ANO DE CRIAÇÃO	ANO DE EXECUÇÃO
Modificação da Lei Nº 1.278 de 30 de dezembro de 1992.	1997	1997
Criação, Composição e Funções do Colegiado Escolar.	1997	1997
Regulamentação e funcionamento do Conselho Municipal de Jequié.	1998	1998
Criação dos Conselhos Escolares nas Escolas Públicas do município.	2007	2007
Criação, Composição e Funções do Grêmio Estudantil nas Escolas Municipais	2009	2009
Elaboração de normas para eleições diretas de Diretores e Vice-Diretores das Escolas Públicas do município.	2012	2021

Fonte: elaborado pela autora através do acervo do Conselho Municipal de Jequié.

4 O PERFIL DOS CONSELHEIROS PESQUISADOS

Investigar o trabalho dos(as) conselheiros(as) municipais de educação de Jequié requer conhecer o perfil desses(as) agentes representantes do poder executivo e do poder civil.

A organização do Conselho Municipal de Jequié se dá por Representantes da Administração Municipal, Representantes da Câmara Municipal de Vereadores, Representantes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/ Campus de Jequié, Representantes dos colégios da Rede Estadual de Ensino, Representantes da Associação dos Professores Licenciados do Estado da Bahia – APLB/Delegacia do Sol APROMUJE, Representantes do Núcleo Territorial de Educação e Representantes do Conselho Popular de Jequié.

Como coleta de dados, nossa proposta foi de entrevistar dois representantes do CME, por consideramos uma amostra representativa, e em seguida, aplicar um questionário com mais 11 representantes. O questionário foi enviado através de um link via WhatsApp para um total de 11 (onze) conselheiros, mas apenas 4 (quatro) representantes responderam, o que consideramos um grande impasse para a nossa investigação. Acreditamos que devido as demandas ou por motivos pessoais não obtivemos a participação de todos.

No processo de entrevista, colaborou com a nossa pesquisa, através da entrevista - e que em virtude de preservar o sigilo dos(as) participantes chamaremos por nomes fictícios de - João e José.

João foi o primeiro entrevistado e quando questionamos sobre a sua formação e sua trajetória, o mesmo disse que:

> *"Eu possuo duas licenciaturas, Pedagogia e Ciências Biológicas. Tenho Especialização em Metodologia do Ensino Superior. Fui diretor escolar do município, professor na zona rural, escola do campo, periferia e coordenador de tempo integral. Fui também coordenador da UNCCME e coordenador da ACAM." (João)*

Durante a entrevista, percebemos que João é um sujeito que possui muita bagagem na área da educação. Demonstrou ser um defensor de uma educação pública, democrática e de qualidade social. Dando continuidade aos nossos questionamentos sobre a criação do Conselho Municipal de Jequié, João afirmou que:

> *"O Conselho foi criado através da Lei de nº 1.278 em 30 de dezembro de 1992. Antes, quem presidia o Conselho era o próprio Secretário de Educação, o que era totalmente incoerente. Somente em 1997, com a reformulação da Lei foi que isso mudou." (João.)*

Assim como encontramos nos registros documentais, a Lei de nº1.278 sofreu apenas uma única alteração. Quem presidia o Conselho Municipal de Jequié era o próprio Secretário de Educação da época. O que gerou inconformidade por parte dos civis, já que seria incoerente um sujeito deliberar, normatizar, consultar e fiscalizar as suas próprias ações.

Um dos nossos questionamentos foi o que o Conselho Municipal de Educação representava para a comunidade local:

> *"Ele representa mesmo um órgão de sistema, normativo, interpretativo das leis, deliberativo, que tem uma função construtiva, propositiva, normativa e fiscalizadora." (João.)*

O que pudemos observar é que mesmo o Conselho Municipal de Educação sendo um órgão de função social, que dá voz a população, ainda existe um certo distanciamento entre o CME e a comunidade local. Justamente, porque existem

> várias dificuldades no processo de institucionalização dos conselhos como a fragilidade institucional e legal; a desvalorização da cultura de participação social; a falta de autonomia; falta de paridade entre sociedade civil e governo na composição do órgão; baixa representatividade e consequente crise de legitimidade das deliberações. (ALVES, 2011, p. 46)

Apesar do Conselho Municipal de Educação de Jequié tentar buscar envolver o município, as dificuldades são inúmeras, pois parte da comunidade ainda não compreende a importância deste órgão para a sociedade. Existe a *"[...] necessidade de se melhor compreender a natureza e o funcionamento desses Conselhos, tornando-os objetos de um universo quantitativa e qualitativamente mais amplo de investigações, visando, sobretudo, à intervenção social"* (SOUZA; VASCONCELOS, 2006, p. 39-40).

É importante que seja feita uma reflexão acerca de como a população jequieense têm visto o Conselho Municipal de Educação e que os(as) conselheiros(as) busquem alternativas mais eficazes de romper com essa distância entre o CME e a população, facilitando a acessibilidade e possibilitando um espaço para estes. O que se espera são "cidadãos atentos à evolução da coisa pública, informados dos acontecimentos políticos, ao corrente dos principais problemas, capazes de escolher entre as diversas alternativas apresentadas" (BOBBIO, 1986, p. 89).

Ao descrever sua rotina, João afirmou:

> *"É uma rotina de muito estudo. Estou o tempo todo estudando, vinte e quatro horas... sempre em reuniões... de colegiado de escolas... fazendo pesquisas... reuniões com a SME, reunião com os Conselheiros Municipais de Educação, reunião com a secretária executiva do CME... e mais estudo." (João.)*

João mostrou-se um sujeito que, durante a sua rotina, está sempre estudando e se inteirando de determinadas causas. Quando questionado sobre como as políticas propostas pelo Conselho Municipal de Educação de Jequié estão sendo recebidas atualmente pela comunidade local, o entrevistado nos disse que:

> *"As políticas estão sendo direcionadas mais para a rede municipal. Recentemente nós exigimos a comprovação da formação de coordenadores pedagógicos. Tivemos também a eleição do diretor escolar, por meio de votação. O que não foi mais acatado..." (João.)*

Sobre as políticas que estão sendo adotadas pelo CME de Jequié, o entrevistado nos apresentou a exigência da comprovação de títulos para os cargos de coordenadores pedagógicos e a eleição de forma democrática para os diretores escolares. Mas afirmou ainda que *"os governantes tem medo do poder do Conselho Municipal de Educação, ao invés de tentar ajudar, eles engessam nossas propostas."*

> Em suas funções, vários CMEs ainda não conseguiram romper as práticas cartoriais confundindo-se, muitas vezes, como departamentos das Secretarias Municipais de Educação. Isto se deve, além da herança histórica, ao modelo de desconcentração gerencial implantada na reforma do Estado brasileiro na década de 1990. (ALVES, 2011, p. 44)

Alves (1990) nos traz uma articulação sobre a Reforma do Estado de 1990 e as formas de funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação, caracterizando-os como *departamentos* das Secretarias Municipais de Educação. Para entender essa relação, é importante olhar a reforma do Estado sob a ótica da teoria social-liberal. De acordo com a perspectiva social-liberal, apenas o Estado burguês pode fornecer determinadas condições para a reprodução das relações capitalistas.

Assim, conforme afirma Mészáros (2002, p. 109),

> [...] o Estado se afirma como pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital, em seu microcosmo e nas interações das unidades particulares de produção entre si, afetando intensamente tudo, desde os intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais mediato da crise estrutural do capital, reformá-lo, assim como a todas as práticas e instituições relacionadas à ele, incluindo suas formas de organização.

Portanto, durante o período das reformas estruturais são implementadas no contexto da globalização contemporânea, a produção de condições necessárias à reprodução das relações de produção para assegurar a formação social capitalista.

Considerando o papel atribuído ao Estado burguês de assegurar a dominação de uma classe sobre a outra e produzir as condições necessárias para a expansão e acumulação do capital, é possível afirmar que, por meio da reforma do Estado e da Educação Básica, o que se faz é garantir a produção e reprodução dos interesses do mercado. (NAIDER, 2022).

Nas propostas de reforma da educação, fica evidente que não se trata de negar-lhe a importância no contexto da organização e manutenção do modo de produção capitalista. O que se requer é a sua adequação às exigências da nova ordem econômica que se estrutura. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a reforma proposta visa a resguardar o papel político e ideológico da Educação na inserção do Brasil na nova ordem econômica, imposta pelo modo de produção capitalista. (NAIDER, 2022).

Podemos notar que as medidas propostas pelo Conselho Municipal de Jequié com o objetivo de melhoria da educação, elas são engessadas por parte do poder executivo, afim de atender os interesses mercadológicos e a reprodução das relações de produção.

João nos relatou ainda que *“O Conselho Municipal de Educação é um órgão que não tem verba, não tem autonomia financeira.”* Quando questionado se as políticas de democratização têm sido concretizadas na prática de hoje e se existem resistências, a mesma declara que: *“Existem resistências sim e elas são por grupos, mas esses grupos... eles resistem até compreenderem.”*

Com respeito ao papel dos CMEs nesse contexto, segundo Bordignon (2010), essas instituições colaboraram para a efetivação da qualidade do ensino na medida em que ele: *[...] se estrutura em dois eixos: na sua natureza de órgãos de Estado, como condição essencial para o exercício de suas funções, e no moderno princípio de organização em rede, como base para a atuação de forma articulada, interconectada*. (BORDIGNON, 2010, p. 16).

Retomando a respeito das funções dos CMEs, uma das principais delas é a fiscalização. Os CMEs, portanto, a partir da supervisão realizada nas unidades escolares, aplicam sanções nas unidades escolares em caso de descumprimento de normativas e de leis.

O entrevistado quando questionado sobre compreender o Conselho Municipal de Educação como órgão essencial para a efetivação de uma gestão democrática no município de Jequié, afirmou que:

> *"Eu enxergo sim e acredito que o Conselho Municipal de Educação é um órgão essencial para a efetivação de uma gestão democrática em nosso munícipio. As políticas que partem do CME contribuem para que haja corresponsabilidade das ações." (João.)*

O eixo principal dos conselhos é agregar reflexões em relação à gestão democrática, na direção de uma educação que assegure o conhecimento de forma igualitária, mas, para isso, são necessários investimentos que garantam oportunidades iguais para todos. Nesse sentido, o papel do CME é de suma importância, uma vez que, trabalha pela promoção da educação que precisa ser conduzida por meio do viés democrático, assegurando a qualidade social da educação (BARAÚNA, 2019).

Sobre a comunidade compreender a ideia de Gestão Democrática e sabe lidar com isso, a mesma nos respondeu que:

> *"Ah... a comunidade compreende muito pouco. As pessoas não sabem lidar com a gestão democrática." (João.)*

Dessa forma, os CMEs, numa visão de gestão democrática progressista compreendem que a escola pública é para atender as demandas de todo o público que dela necessita. Por isso, dar voz à população é oferecer oportunidade para que as pessoas expressem seus desejos enquanto participantes da sociedade e tenham seus interesses respeitados (BARAÚNA, 2019, p. 43).

Quando questionado se há outras informações que não foram abordadas e que ele gostaria de mencionar, o mesmo afirmou que não. Demos continuidade a entrevista com outro representante, o conselheiro José.

Ao questionarmos sobre sua formação, José afirma que:

> *"Possuo licenciatura em Pedagogia pela UESB, sou Especialista em Educação Especial e em Antropologia com Ênfase em Culturas Afro-Brasileiras. Sou Mestre em Educação e Contemporaneidade pela UNEB. Sou Doutor em Educação e Contemporaneidade pela UNEB. Sou também Professor Efetiva da Rede Municipal de Jequié-BA e*

> *tenho experiência na área de Educação com ênfase em Ensino-Aprendizagem, Formação de Professores, Educação Multicultural e Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas." (José.)*

Quando questionado sobre como as políticas propostas pelo Conselho Municipal de Educação de Jequié estão sendo recebidas atualmente pela comunidade local, José afirmou que:

> *"Atualmente o que eu tenho observado... é que a comunidade... ela tá mais próxima do Conselho, ou seja, ela tá sabendo mais qual a importância do Conselho, que eles podem estar vindo, dialogando, participando... é aberta as reuniões para a comunidade externa, eles podem participar de reunião. Geralmente um ou outro participa, eles podem participar dessa reunião, não podem votar né, quem vota são os conselheiros, mas podem sim, apreciar a reunião. Então eu acho que é uma relação... uma relação de conhecimento desse órgão importante para a educação. Aqui mesmo, até antes de você chegar eu tava comentando, a gente abriu até uma ata de visita ao conselho para a comunidade externa, para vir aqui procurar um documento, consultar um documento ou fazer entrevista. Pra ficar registrado né, pois esse órgão também recebe a comunidade externa e essa comunidade externa é muito bem-vinda aqui. Temos também um livro de registro, algumas pessoas chegam com denúncias e é importante registrar. (José.)*

Segundo José, a comunidade local está mais ativa em relação ao reconhecimento da importância do CME. Recentemente, foi criado uma ata de visitas, na qual pudemos presenciar a visita de demais civis e pesquisadores com o intuito de saber mais sobre o Conselho Municipal de Educação de Jequié. O CME é um representante do povo, é importante "*dar voz à população é dar oportunidade para que as pessoas expressem seus desejos enquanto participantes da sociedade e tenham seus direitos respeitados."* (BARAÚNA, 2019, p. 63). Por isso,

> Esta forma de participação traz como consequências modificações na noção de cidadania, ao imprimir outras significações e sentidos, saindo da compreensão de que a cidadania se reduz apenas ao ato de participação através do voto — participação indireta na escolha de representantes passando a incorporar e abranger a ideia de participação direta, ou seja, de tomar parte na elaboração e na definição de políticas públicas, assim como no direito de acompanhar e fiscalizar suas execuções — o direito a ter direitos (ELIAS, 2008, p. 30).

Quando questionado sobre o que o Conselho Municipal de Educação representa para a comunidade, José declarou que:

> *"Ele é um órgão consultivo, deliberativo, é um órgão de controle social, né... e ele é muito importante porque é aqui por meio das reuniões com os conselheiros onde as questões envolvendo a educação... o sistema municipal de educação de Jequié, são deliberadas, né... são*

> *discutidas, são apreciadas.. alguns documentos são deliberados... então, em termo de educação é um órgão né... que faz parte desse sistema municipal de educação. E ele tem suma importância porque é o Conselho Municipal de Educação que vai dialogar com a Secretaria Municipal de Educação para que as demandas sejam resolvidas né..." (José.)*

Na perspectiva do entrevistado, atualmente a comunidade jequieense compreende o que é o Conselho Municipal de Educação e qual o seu papel dentro de um Sistema Municipal de Ensino. Portanto, *[...] é fundamental que os conselhos tenham autonomia para propor e deliberar sobre questões de sua esfera de competência legal e que o executivo não possa deliberar, nem adotar, em matéria definida em lei como de competência do conselho, ações que contrariam decisões deste.* (BORDIGNON, 2009, p. 21)

Sobre as políticas de democratização que estão sendo concretizadas na prática de hoje e se existem resistência, José afirma que:

> *"Resistência sempre existe né... de alguma forma sempre há algum tipo de resistência... mas, eu acho que apesar de estarmos vivendo momentos difíceis né, no cenário brasileiro e todas as questões, eu acho que ainda dá pra ter né, esse diálogo. Mas a resistência sempre vai existir, de uma forma ou de outra, porque as pessoas têm pensamentos diferentes, os órgãos tem pensamentos diferentes, então sempre vai haver um pouco de resistência, mas o trabalho tá sendo executado." (José.)*

Para Abranches (2003, p. 18), *a descentralização só existe no momento em que as decisões locais possuem uma certa autonomia e emanam de uma coletividade e não do Estado.* O ponto central a ser considerado no processo de descentralização é que este pode estimular e abrir oportunidades para a participação social, mediante o deslocamento dos centros decisórios – a descentralização é um meio para favorecer a participação. Por outro lado, a descentralização só se torna possível pela participação. (ABRANCHES, 2003).

Quando questionado sobre compreender o Conselho Municipal de Educação como órgão essencial para a efetivação de uma gestão democrática no município de Jequié, José declarou que:

> *"Eu enxergo sim, o Conselho Municipal de Educação como órgão essencial para a efetivação de uma gestão democrática em nosso munícipio. É... porque quando um município ele tem um Conselho Municipal de Educação, ele tem um sistema né, ele tem um Conselho no sistema, ele pode a partir das leis da educação, deliberar e organizar as leis municipais, claro, sem ferir a lei máxima, mas de acordo a sua realidade né... Nós estamos passando agora mesmo por*

> *esse processo de pandemia e a gente tem as legislações, os pareceres do Conselho Nacional de Educação, que nos orienta, mas a partir da orientação, a gente vai, né... poder deliberar, organizar, como se dá o processo educacional em nosso munícipio, então há essa autonomia, né... para poder colaborar com esse desenvolvimento educacional do município. E os munícipios que não tem o conselho, ficam muito... a palavra não seria refém... fica muito só no... executar o que vem posto, sem poder a partir dali trazer também suas realidades locais." (José.)*

A fala de José retrata bem a importância do Conselho Municipal de Educação como órgão interpretativo do poder executivo e sua função social, já que recebe as orientações do CNE e tem o poder de adequar a realidade do município. Da mesma forma que isso soa positivo, também surge como uma preocupação. Já que temos a consciência do poder máximo deste órgão, devemos também saber quem são estes representantes que estão dentro dos conselhos municipais de educação atuando e pensando no bem-social da nossa comunidade e nas necessidades da população jequieense.

Sobre a comunidade compreender a ideia de Gestão Democrática e sabe lidar com isso, o entrevistado afirma:

> *"Olha, pelo que eu percebo ainda tem uma parcela muito grande da população que precisa de um conhecimento maior dessas questões. Eu acho que daí a importância dos órgãos, de diversos órgãos que são constituídos por pessoas da comunidade de uma forma geral, em tá promovendo diálogos, debates, encontros, cada um dentro da sua forma né, do que pode fazer, para levar essa compreensão para a população, de uma forma geral, eu acho que muitas vezes eles não se colocam por não saber que tem, né, esse direito, essa função social. Então eu acho que ainda falta, na maioria ainda falta. E acho que tudo isso perpassa pela educação viu Francine porque a educação liberta. Quanto mais você tem um conhecimento, mais você vai se empoderando, mais você vai conhecendo os seus direitos e seus deveres. Quanto menos favorecido, não economicamente, mas socialmente falando né, dos seus direitos de educação e saúde, também menos consciência tem de que pode e que tem esse direito." (José.)*

De acordo a fala de José percebemos que a comunidade pouco compreende o significado de Gestão Democrática, e por falta dessa compreensão, existe a falta de participação desses sujeitos.

> Ao se referir às escolas e sistemas de ensino, o conceito de gestão democrática envolve, além dos professores e funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado e na melhoria do processo pedagógico. (LÜCK. et al, 2005, p.17)

Luck. et al (2005) traz quem são os *autores* da Gestão Democrática, aqui podemos então definir como co-responsáveis os gestores escolares, os quais possuem a responsabilidade de inserir em seus próprios contextos as instâncias de uma Gestão Democrática, aproximando esse conceito da realidade dos alunos, pais, funcionários e professores, seja através de palestras, reuniões, panfletos informativos sobre a importância de suas participações. Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade todos os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida. (GADOTTI, 2004. p. 16).

O Conselho Municipal de Educação, como órgão fundamental em um Sistema Municipal de Ensino, tem como responsabilidade e obrigação fiscalizar e intervir nas ações educacionais que o munícipio de Jequié veio desenvolvendo nesses últimos tempos.

> É preciso entender o que é democratização para que se possa efetivá-la A participação possibilita à população um aprofundamento do seu grau de organização. [...] ela contribui para a democratização das relações de poder no seu interior e, conseqüente, para a melhoria da qualidade do ensino. (GADOTTI, 2004. p. 16).

A padronização dos Conselhos Municipais de Educação deve ser rompida, pois cada município tem uma realidade diferente, de estrutura a organização econômica, política e social. Mais do que nunca, é necessário deixar de lado as influências políticas e pensar na educação de uma forma mais humana.

Finalizando as entrevistas, encaminhamos o link do questionário online pelo Google Forms aos demais membros do Conselho Municipal de Jequié, mas como mencionamos, somente 4 (quatro) participaram do questionário e para melhor entendimento vamos identifica-los como P1, P2, P3 e P4, no que se observa o quadro abaixo:

QUADRO 10 – Coleta de Dados através da aplicação do Questionário.

PESSOAS QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO	SEXO	SE AUTODECLARA	FAIXA ETÁRIA	TEMPO DE ATUAÇÃO NO ÂMBITO EDUCACIONAL	FORMAÇÃO ATUAL

P1	FEM	NEGRA	DE 35 A 44 ANOS	15 ANOS	POSSUI PÓS-GRADUAÇÃO
P2	FEM	NEGRA	DE 45 A 54 ANOS	25 ANOS	POSSUI PÓS-GRADUAÇÃO
P3	FEM	NEGRA	DE 45 A 54 ANOS	30 ANOS	POSSUI MESTRADO
P4	FEM	NEGRA	DE 45 A 54 ANOS	32 ANOS	POSSUI PÓS-GRADUAÇÃO

Fonte: elaborado pela autora através da coleta de dados.

De acordo com as fontes coletadas através do questionário todas as que responderam o nosso questionário foram mulheres, que se autodeclaram negras. Sendo uma (P1) de faixa etária entre 35 a 44 anos, com 15 anos de atuação na educação e com pós-graduação. A P2, com faixa etária de 45 a 54 anos e 25 anos na área da educação, também com pós-graduação. A P3 e P4, possuem faixa etária entre 45 a 54 anos, P3 atua a 30 anos na educação e possui mestrado, e P4 atua a 32 anos e possui pós-graduação.

Após a análise do perfil podemos notar que, dentre os 11 representantes, somente 4 responderam ao nosso questionário, e dessas 4, foram todas mulheres negras, com faixa etária de 35 anos a 54 anos com pós-graduação: especialização/mestrado.

QUADRO 11 – Coleta de Dados através da aplicação do Questionário.

1. Descreva sua rotina como membro do Conselho Municipal de Educação de Jequié.	P1, P2, P3 e P4 descreveram que participam de reuniões e grupos de estudos.
2. Discorra sobre o que Conselho Municipal de Educação representa para a comunidade.	P2 e P4 discorreram que o CME é para a comunidade um órgão, consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador. Enquanto P1 e P3, afirmaram que representa a participação da comunidade na gestão pública.
3. Descreva o que você entende por Gestão Democrática.	P1, P2, P3 e P4 afirmaram que entendem por gestão democrática um espaço/instância que assegura/promove a participação de todos os sujeitos que compõe a unidade escolar.
4. Descreva sobre a atuação do Conselho Municipal de Educação como órgão de efetivação para uma gestão democrática no munícipio.	P1 respondeu que acredita na importância da atuação do Conselho Municipal de Educação porque é um órgão de poder máximo, que tem a capacidade de criar e efetuar uma gestão democrática no munícipio de Jequié. P2 afirmou que apesar das resistências da comunidade e do poder executivo, o CME pode a partir das leis da educação, deliberar e organizar as leis municipais. Tanto P3 como P4 discorreram que o Conselho Municipal de Educação por ser um órgão de controle social vem atuando em busca de uma educação democrática.
5. Discorra sobre as maiores dificuldades que você como membro do Conselho Municipal de Educação enxerga para que as escolas do município tenham uma Gestão Democrática	P1, P2, P3 e P4 relataram como dificuldades: indicações políticas dos gestores escolares

Fonte: elaborado pela autora através da coleta de dados.

Tanto com a entrevista feita com João e José quanto com o questionário respondido por P1, P2, P3 e P4, ao descreverem sua rotina como membros do Conselho Municipal de Educação de Jequié apontaram a participação de reuniões e grupos de estudos. Por isso, o Conselheiro assumindo o papel de protagonista da democratização tem na:

> formação a possibilidade de aprofundar-se, de um lado, nas questões históricas que forjaram a atual realidade educacional brasileira e, de outro, atuar na gestão, decisão e proposição de formulação de políticas educacionais mais democráticas, pois as condições essenciais para a implantação de uma política de descentralização com qualidade ainda não foram produzidas. (BRASIL, 2009b, p. 7).

Sobre o que o Conselho Municipal de Educação representa para a comunidade notamos que ainda existe um conceito muito formal para a comunidade sobre o que é o CME e qual a sua importância. O autor Marcelino (2013, p. 82) aponta que os Conselhos Municipais de Educação *"tornam-se espaços privilegiados de participação, espaço este que deve tornar-se, efetivamente, representativo da sociedade civil, e não um espaço de disputa de poder e representações corporativas".*

4.1 OS DESAFIOS DA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ: PERSPECTIVAS DOS CONSELHEIROS

Afim de compreendermos os desafios da democratização da educação básica no município, buscamos o ponto de vista dos conselheiros municipais de educação. Quando questionado sobre quais são os maiores desafios, o Conselheiro José, nos afirmou que:

> *"Rum... são tantos... (risos)... Primeiro a questão da Busca Ativa dos alunos, né... por conta desse processo pandêmico, nós observamos que muitos alunos, eles não retornaram agora nas aulas semipresenciais né, e você, como coordenadora de uma escola, você deve ter observado muito isso. Principalmente os alunos da Educação de Jovens e Adultos. A gente tá aí com um déficit de alunos que não voltaram, muito grande... muito grande mesmo e preocupante... eu acho que o primeiro problema que a gente tem aí a ser enfrentado, principalmente agora nesse ano letivo de 2022, é esse, o retorno dos alunos ao convívio nos espaços escolares. Então são várias questões, Busca Ativa, políticas públicas mesmo, relacionadas a educação, a alfabetização, o processo de alfabetização. Estamos observando muito isso. Desde os anos iniciais até os anos finais. Alguns alunos dos anos finais sem esse processo de alfabetização concluído, sendo que deveria ter sido concluído desde os primeiros anos, a gente vê ainda meninos no 8º ano, com problemas de escrita, na interpretação, então eu acho que é outro problema para o enfrentamento. A alfabetização de uma forma geral né, e os indicies de alunos não alfabetizados, os analfabetos funcionais, a alfabetização como um todo. (José).*

Em contrapartida, João, nos respondeu que:

> *“Não tem problemas. O que eu vejo hoje é uma Secretaria Municipal de Educação que dialoga muito, diferentemente das anteriores... Essa participa de tudo e executa tudo. Talvez nossa dificuldade hoje seja o retorno presencial, compreender esse novo normal.” (João.)*

Ainda com a aplicação do nosso questionário, tivemos a resposta de quatro representantes do CME apontando que as maiores dificuldades são *“as indicações políticas dos gestores escolares.”* É interessante analisarmos as respostas acerca das dificuldades no munícipio de Jequié. Posições iguais, porém, pontos de vistas diferentes. José nos traz os principais da desafios na Educação Pública de Jequié: a) Desistência e b) Analfabetismo. Enquanto João aponta a dificuldade em compreender o novo normal. E P1, P2, P3, P4 apontam as indicações políticas da equipe gestora.

De acordo com a pesquisa feita com os membros do Conselho Municipal de Educação de Jequié, segue o quadro abaixo com os maiores desafios atualmente para democratizar a Educação Básica no município de Jequié:

QUADRO 11 – Dificuldades para Democratizar a Educação Básica em Jequié – BA.

DIFICULDADES PARA DEMOCRATIZAR A EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ – BA
1. *Permanência dos estudantes na escola.*
2. *Período pós-pandemia.*
3. *Analfabetismo.*
4. *Indicação Política dos Gestores Escolares.*

Fonte: elaborado pela autora através da entrevista e do questionário.

Como podemos observar no quadro 11, as maiores dificuldades para a democratização da educação básica no município de Jequié são 4.

A permanência dos estudantes sempre foi um grande dilema nas escolas municipais de Jequié. Porém, durante a pandemia, esse problema se agravou. A pandemia no município teve início no dia 18 de março de 2020 e por meio de um decreto as aulas foram suspensas durante o período de 1 (um) ano.

Esse afastamento durante o período de 365 dias entre os estudantes e a escola foi o que marcou negativamente a educação jequieense, pois muitos alunos tiveram de deixar suas residências e ir para a zona rural com seus pais. Outros que já estavam afastados da escola, até hoje não retornaram.

Somente um ano após, Jequié foi se organizando através de uma comissão formada pelo Conselho Municipal de Educação de Jequié, para definir o retorno das aulas de forma remota. Esse modelo não obteve êxito nas escolas públicas porque muitos estudantes não possuem acesso à internet e mesmo adotando a entrega de apostilas, ainda assim existiam estudantes que devido a situação em que se encontrava, mudou-se para a zona rural e também não teve acesso.

Com o intuito de romper com essa desistência por parte dos estudantes, as escolas do município de Jequié adotaram em parceria com o Conselho Municipal de Educação a Busca Ativa dos estudantes. A Busca Ativa é uma maneira de tentar encontrar os estudantes que ficaram sem contato com a escola durante o ensino remoto. O primeiro passo parte da ação do gestor escolar, em tentar entrar em contato a todo custo com o estudante ou familiar. Caso não consiga, os dados do estudante são encaminhados para o CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, no qual este é responsável de contatar a família de forma presencial, para buscar compreender o motivo do estudante não estar tendo acesso as aulas remotas/entrega de apostilas e por fim, solucionar. A Busca Ativa vem tendo êxito, pois através dela os estudantes estão retornando para a escola no período pós-pandêmico.

O analfabetismo infelizmente é um problema nacional, mas que em Jequié o índice aumentou. Estamos falando de um munícipio em que estudantes que estão no 9º ano do Ensino Fundamental II não sabem ler e nem escrever, portanto, devemos repensar urgentemente o nível de importância e qualidade que estamos tendo sobre a nossa educação. Se de um lado temos uma preocupação com o “novo normal”, do outro temos a preocupação com a desistência nos espaços escolares por parte dos estudantes e o analfabetismo.

Com os dados obtidos durante as coletas de dados, podemos notar algumas divergências de ideias entre os membros que presidem. Na perspectiva dos demais membros que participaram do questionário compreendem a ideia da gestão democrática e enxergam o Conselho Municipal de Educação como um órgão capaz de efetivar a gestão democrática no município, apesar dos desafios, sendo um dos principais a questão da indicação da equipe gestora por cunho político, por ser indicação, muitas vezes, quem está à frente da gestão escolar, são pessoas sem

experiência e sem formação, além da rotatividade que existe quando há uma discordância entre pensamentos e posicionamentos.

5 A GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA COMO MECANISMO DE EFETIVAÇÃO DE DIREITO E GARANTIA À EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

Neste capítulo, iremos compreender a Gestão Democrática, suas instâncias de participação e a sua importância como estratégia de garantir o direito à educação. Em seguida será feita uma análise do que foi discutido ao decorrer da pesquisa sobre como o trabalho dos conselheiros municipais de educação pode contribuir na busca pela efetivação da Gestão Democrática no município de Jequié.

Os elementos básicos da Gestão Democrática podem se apresentar de várias maneiras. Na esfera escolar, as principais são: na constituição e atuação do Conselho escolar; na elaboração do Projeto Político Pedagógico, de modo coletivo e participativo; na definição e fiscalização da verba da escola pela comunidade escolar; na divulgação e transparência na prestação de contas; na avaliação institucional da escola, professores, dirigentes, estudantes, equipe técnica; na eleição direta para diretor.

Paro (2016, p. 13) afirma que “toda vez que se propõe uma gestão democrática da Escola Pública Básica que tenha efetiva participação de pais, educadores, alunos e funcionários da escola, isso acaba sendo considerado como coisa utópica.” É considerada uma *utopia*[3] porque vivemos em uma sociedade que compreende a escola de forma hierarquizada, em que o diretor escolar está acima de todos e é detentor de tudo.

Na perspectiva da autora Heloisa Luck (1996, p.17) “...o entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas, em conjunto.” A autora nos traz a definição de Gestão Democrática como:

[3] [Etimologia] Do latim tardio *utopia*, palavra inserida na Língua Portuguesa por influência de Thomas More, que designou uma ilha perfeita em seu livro "A Utopia"; pelo grego: ou (não) + tópos (lugar). [Política] P.ext. Qualquer situação imaginativa que, remetendo ao que é ideal e priorizando a qualidade de vida, garante uma sociedade mais justa e com políticas públicas igualitárias.

> O processo em que se criam condições para que os membros de uma coletividade não apenas tomem parte, de forma regular e contínua, de suas decisões mais importantes, mas assumam responsabilidade por sua implementação. Isso porque democracia pressupõe muito mais que tomar decisões: envolve a consciência de construção do conjunto da unidade social e de seu processo de melhoria contínua como um todo. (LUCK, 2009, p. 57).

A Gestão Democrática e Participativa tem que ser compreendida como a participação de todos os sujeitos que compõem a escola. Não é o diretor que faz a escola, tão pouco os professores. A escola é um conjunto formado por sujeitos de diferentes segmentos no qual cada um necessita do outro. A escola não se caracteriza como unidade, mas sim como uma comunidade. Na perspectiva de uma Gestão Democrática e Participativa a escola tem como objetivo garantir a implicação de todos nos processos de melhoria e desenvolvimento da realidade escolar.

Lück (2009) da mesma maneira esclarece:

> Pode-se definir, portanto, a gestão democrática, como sendo o processo em que se criam condições e se estabelecem as orientações necessárias para que os membros de uma coletividade, não apenas tomem parte, de forma regular e contínua, de suas decisões mais importantes, mas assumam os compromissos necessários para a sua efetivação. Isso porque democracia pressupõe muito mais que tomar decisões ela envolve a consciência de construção do conjunto da unidade social e de seu processo como um todo, pela ação coletiva (LÜCK, 2009, p.71)

A Gestão quando pensada e exercida de maneira democrática se caracteriza como uma alternativa de resistência e luta frentes aos investimentos e efeitos do capitalismo que vem sujeitando a sociedade durante muito tempo ao fortalecer a ideia de uma educação reprodutora, tradicional, voltada para serviços prestados em função do desenvolvimento econômico e da resposta direta às demandas do mercado (SAVIANI, 2008).

Por isso, acredito que o pensamento coletivo originado pela Gestão Democrática e Participativa se torna uma das grandes chaves para o exercício pleno da cidadania no âmbito da democratização da Educação Básica, justamente porque, “a participação consiste em um meio de alcançar melhor e mais democraticamente os objetivos da escola, que centram-se na qualidade dos procedimentos metodológicos de ensino e aprendizagem” (LIBÂNEO, 2008, p.105).

Segundo José Carlos Libâneo (2008), a participação é uma maneira fundamental para alcançar as necessidades e demandas de todos os sujeitos da escola. A educação é direito de todo cidadão, pois garante o pleno exercício da cidadania e se baseada em uma perspectiva democrática desperta no aluno uma visão crítica da realidade, proporciona autonomia para pensar, agir e refletir sobre o seu lugar no mundo. Vitor Henrique Paro (2007) também reforça a ideia de que a educação pública e de qualidade deve ser voltada “à formação da personalidade do educando em sua integridade, não apenas à aquisição de conhecimentos em seu sentido tradicional”. (PARO, 2007, p.43)

Ainda para Libâneo (2008) o conceito de organização do ambiente escolar reúne pessoas que interagem entre si, agindo por meio de estruturas e processos organizativos próprios cujo objetivo é o sucesso na aprendizagem. Uma educação voltada para práticas democráticas no interior dos processos escolares torna-se uma ferramenta de grande importância na aceitação da singularidade e construção da autonomia.

Nesta direção, a gestão democrática nos processos de governança e tomada de decisões abrange uma pluralidade de diferentes espaços de atuação para a realização e a implementação significativa de projetos pedagógicos capazes de interferir na realidade social de cada sujeito.

Pensar em uma gestão democrática é englobar uma série de funções que partem do planejamento, da coordenação, da avaliação de planos e projetos, da administração, da implementação e do acompanhamento das políticas existentes em instituições educacionais realizados de forma coletiva e participativa imbuídas do sentimento de corresponsabilidade.

Quando se fala em uma gestão democrática se fala também de uma educação que contemple, inclua e respeite todas as diferenças que integram a comunidade escolar. O respeito a essas diferenças e atendimento as necessidades e demandas é o que promove o desenvolvimento no ensino-aprendizagem dos alunos.

Najjar (2006) acrescenta aos argumentos acima que:

> A democracia não é somente um princípio, mas um meio eficaz de organização da escola. A gestão democrática pressupõe uma multiplicidade de sujeitos que partilham o poder, e só esta multiplicidade pode dar conta da complexidade desta instituição. (NAJJAR, 2006, p.22)

O texto final da Conferência Nacional de Educação - CONAE (2010), que prenunciava o Plano Nacional de Educação (2014 - 2024) diz que:

> A fundamentação da gestão democrática está, portanto, na constituição de um espaço público de direito, que deve promover condições de igualdade, liberdade, justiça e diálogo em todas as esferas, garantir estrutura material e financeira para a oferta de educação de qualidade, contribuir para a superação do sistema educacional seletivo e excludente e, ao mesmo tempo, possibilitar a interrelação desse sistema com o modo de produção e distribuição de riquezas, com a organização da sociedade, com a organização política, com a definição de papéis do poder público, com as teorias de conhecimento, as ciências, as artes e as culturas (BRASIL, 2010, p. 27).

Portanto, a participação dos professores, agentes diretivos, pais, estudantes e demais funcionários promove uma sinergia feita por diferentes pontos de vistas e mais oportunidades educativas. Deste modo, pensar o fazer escolar e educativo no coletivo contribui para a democratização da educação e para fortalecer o sentimento de corresponsabilidade.

Reforça-se que buscar a efetivação da Gestão Democrática e Participativa no município de Jequié significa tornar a educação acessível a todos e alcançar todas as necessidades que garanta a permanência e o sucesso dos estudantes na escola.

Nessa direção, referenda-se também que o principal mecanismo de uma escola democrática e participativa é uma escola que defende a inclusão e a aceitação de todos os sujeitos, engloba diferentes identidades e as contemplado com os seus anseios, projetos de vida e existências.

Contudo, em meio a propostas de efetivar uma gestão democrática no município de Jequié pensa-se também em um conjunto de espaços educacionais que fazem parte da gestão democrática e que contribui para a sua efetivação nos espaços escolares.

5.1 A GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUAS INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO

Neste capítulo trago as instâncias de participação que favorecem na efetivação da Gestão Democrática e Participativa. O presente capítulo inicia-se sob a ótica do autor Adilson César Araújo (2000) que nos apresenta quatro elementos essenciais para a efetivação da democracia na escola, sendo estes: a participação, a autonomia, o pluralismo e a transparência.

A **participação** é um elemento fundamental porque não existe uma educação democrática sem o envolvimento de todos os sujeitos que constituem o espaço escolar, haja vista que a escola é responsabilidade de todos e não de domínio único. (ARAUJO, 2000).

Dialogando com Heloisa Lück (2009):

> A participação constitui uma forma significativa de, ao promover maior aproximação entre os membros da escola, reduzir desigualdades entre eles. Portanto, está centrada na busca de formas mais democráticas de gerir uma unidade social. (LUCK, 2009, p. 57).

Deste modo, a gestão democrática só se efetiva através da coletividade, e para tanto, a participação de todos deve ser mantida a cada tomada de decisão, elaboração e execução, pois isso é o que constitui o próprio conceito de gestão.

Outro elemento essencial para a efetivação da educação democrática é a **autonomia**, que se torna algo ameaçador para o sistema (ARAUJO, 2000). Para Castoriadis (1991, p.123) “a autonomia é minha lei, oposta à regulação pelo inconsciente que é uma outra lei, a lei de outro que não eu.”

Possibilitar o cidadão a ser crítico e pensante é uma ameaça para quem está no poder, em uma sociedade que vive sobre as influências do capitalismo a escola que permite o aluno a se posicionar frente ao que lhe é imposto é desafiador.

O **pluralismo** na gestão democrática se classifica como o respeito às diferentes identidades existentes na comunidade escolar. O pluralismo é o “reconhecimento da existência de diferenças de identidade e de interesses que convivem no interior da

escola e que sustentam, através do debate e do conflito de ideias, o próprio processo democrático" (ARAÚJO, 2000, p. 134).

A escola sendo um espaço público se constitui por uma grande diversidade e na perspectiva de Touraine "a democracia não se define pela participação, nem pelo consenso, mas pelo respeito às diversidades e à liberdade." (TOURAINE, 1996, p.25).

Por fim, pensar em uma educação pública e democrática é pensar também na **transparência.** Segundo Araújo (2000) a transparência é:

> Um meio eficiente de dar credibilidade ao espaço público, ou seja, a lisura que permite aos cidadãos participarem do controle social. Sendo assim, como todos os envolvidos no cotidiano escolar são chamados a participarem de sua gestão, toda e qualquer decisão ou ação tomada ou implantada na escola tem que ser do conhecimento da coletividade. A transparência na escola depende da inserção da comunidade no cotidiano escolar, do envolvimento dos segmentos com as questões da escola, e passa pela socialização das informações, o que pode gerar um clima de confiança e de clareza de propósitos entre todos os envolvidos no processo educativo. (ARAÚJO, 2000, p. 257).

Portanto, a partir da transparência é que existe a participação social na gestão democrática, a clareza das informações e das decisões é o que liga de fato toda a comunidade.

Além destes quatros elementos apresentados pelo autor Araújo (2000) para favorecer a efetivação da Gestão Democrática e Participativa nas escolas é necessário que exista espaços de atuações, dentre eles: o Conselho Escolar, a Liderança Estudantil, Associação de Pais e Mestres e o Projeto Político Pedagógico.

5.1.1 CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar é responsável por reger as questões do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), além de fazer parte da organização de atividades realizadas na instituição escolar (BRASIL, 2004).

A principal função do Conselho Escolar é “acompanhar o desenvolvimento da prática educativa e do processo ensino-aprendizagem” (BRASIL, 2004, p. 18). É importante compreender o Conselho Escolar como um órgão político-pedagógico, pois é a partir dele que as atividades desenvolvidas na escola são analisadas e avaliadas, além de ser um dos principais responsáveis na elaboração do Projeto Político Pedagógico.

A análise e a avaliação feita por este conselho são diagnósticos para a própria escola identificar o que existe de bom e ruim, o que deve permanecer e o que não deve dentro dos seus projetos. O Conselho Escolar é constituído por pais, professores, alunos, equipe administrativa e funcionários. Esta participação em conjunto é fundamental para que seja discutido e avaliado diferentes perspectivas e ideais com a finalidade da melhoria de qualidade e ensino nas escolas da Educação Básica.

> O Conselho de Escola - concebido como um espaço que proporciona as livres manifestações de ideias e a geração de novas propostas vinculadas às demandas sociais - poderá ser um elemento facilitador na vivência da democracia na gestão escolar. Nesse sentido, é um dos principais instrumentos de democratização da escola, devendo ser visto não como mais um órgão escolar, mas como um modo de conceber e praticar a educação. (ALVES, 2005, p. 26)

Nesta perspectiva, o Conselho Escolar ganha o papel de mediador entre as diversidades existentes no processo educativo e no atendimento de cada especificidade. A ideia do poder centralizado que existe nas escolas se torna um grande desafio para o conselho escolar, pois são criadas inúmeras barreiras entre os setores que compõem a instituição.

O Conselho Escolar se caracteriza, portanto, como um instrumento de descentralização de poder que existe dentro das instituições com o objetivo de englobar todos os ideais e contemplar as singularidades dos sujeitos, em suma,

> [...] os Conselhos Escolares são órgãos colegiados que representam a comunidade escolar e local, atuando em harmonia com a gestão da escola e resolvendo os caminhos para tomar decisões administrativas, financeiras e político-pedagógicas harmônicos com as precisões da escola. Daí se tirara a importância e qual a função do Conselho Escolar. (GÓIS; SILVA, 2007, p. 6)

Este espaço de atuação, portanto, é a representação tanto da escola quanto da comunidade local na busca pela efetividade da gestão democrática, escolhendo os melhores caminhos para a administração, o uso de verbas e as ações político-pedagógicas da escola pensados de forma coletiva.

5.1.2 GRÊMIO ESTUDANTIL

Outro espaço que constitui uma gestão democrática e participativa é o Grêmio Estudantil. Neste espaço os próprios estudantes são envolvidos no processo de tomadas de decisão e participação da escola. Além de promover autonomia, confiança e responsabilidade, também possibilita os alunos a terem habilidades para cooperar em conjunto, o que é essencial para uma gestão democrática.

Assim, o Grêmio Estudantil é:

> Habilidade que se aprende. É um instrumento de capacitação pessoal que precisa estar presente em todos os segmentos da instituição e reforça o trabalho coletivo. A escola com forte potencial de liderança é o diferencial para uma gestão de qualidade. Sendo essa responsabilidade de todos que fazem a educação, mesmo que o gestor seja o articulador do processo, cabe a cada um intensificar sua participação e progredir na sua atuação como agente de mudanças. (ALVES, 2010, p. 13)

De acordo com Alves (2010) é uma maneira de reforçar o trabalho coletivo e através desta participação em conjunto é que podemos avançar com grandes mudanças na escola. A relação mútua entre sociedade e escola é reforçada ainda mais neste espaço. O Grêmio Estudantil se caracteriza, portanto, como um espaço de atuação que estimula os alunos a desenvolverem o espírito de liderança, cooperativismo, criticidade e pensamento coletivo.

A organização de perspectivas e desejos dos estudantes é refletida através deste órgão, aqui ganha destaque a fundamentação da existência dele. Conhecer os ideais, o ponto de vista de cada sujeito é muito importante para a gestão democrática alcançar os interesses de toda a comunidade escolar.

De acordo com Alain Duluc (2001) o líder é,

> [...] uma pessoa capaz de se afirmar plenamente, consciente das suas forças, das suas fraquezas. Sabe utilizar plenamente os seus pontos fortes e limitar os seus pontos fracos. O líder sabe o que quer, porque o quer, como o comunicar aos outros, a fim de obter as suas cooperações e adesão. Sabe como atingir os seus objetivos, os seus fins e desempenhar as suas missões. É capaz de ser sincero consigo mesmo e com os outros. Sabe reconhecer os seus sentimentos e geri-los. Por exemplo, sabe como fazer quando se sente atraído, rejeitado, atacado ou quando qualquer tipo de sentimento vem perturbar a sua percepção. Também sabe relacionar-se com cada membro da equipa, para criar um clima de sinceridade que permita que cada um se sinta à vontade e possa desenvolver a sua estima por si. (DULUC, 2001, p. 87)

Despertar no estudante a autonomia, a responsabilidade, a criticidade é desenvolver um sujeito capaz de discutir o cotidiano escolar e todo o contexto da sociedade. O Grêmio Estudantil, portanto, é um espaço que possibilita a escola a ouvir os estudantes e conhecer suas necessidades.

5.1.3 ASSOCIAÇÃO DE PAIS, RESPONSÁVEIS E MESTRES

A Associação de Pais, Responsáveis e Mestres é um órgão que representa os interesses da família dos estudantes e estabelece uma parceria com os professores. A participação dos pais/responsáveis na vida escolar do aluno é de extrema importância e este espaço de atuação é um segmento que possibilita tanto os responsáveis pelos alunos quanto os professores, o posicionamento de ideias que contribuam para a finalidade de interferir de forma significativa na aprendizagem dos alunos.

A existência desse órgão contempla a democratização da escola porque através do que é colocado em pauta sobre as necessidades do aluno e os interesses da família é que se planeja as ações da escola. A Associação de Pais, Responsáveis e Mestres, portanto, é uma maneira de dar um espaço mais direto a quem deve ser ouvido, pois pensar a educação na perspectiva da realidade daqueles a quem se alcança é um ato democrático. É um espaço de atuação que compõe a gestão democrática justamente porque é um espaço que rompe com a segregação dos setores escolares, visando no desenvolvimento de atividades educacionais voltadas

as necessidades que atenda a singularidade dos sujeitos que constituem toda a comunidade.

5.1.4 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A materialidade de um trabalho em conjunto realizado por todos, visando uma proposta educativa que atenda as especificidades de uma comunidade escolar é sistematizado no Projeto Político Pedagógico (PPP).

Este terceiro espaço de participação é uma das principais ferramentas para a democratização da Educação Básica. Ele é construído por todos os setores que constituem a comunidade escolar, (professores, alunos, pais, auxiliares e a equipe da coordenação), lideranças comunitárias e rede de proteção à criança e ao adolescente.

O Projeto Político Pedagógico é definido como:

> O plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico - metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. (VASCONCELOS, 2004, p. 169)

Portanto, é no planejamento Projeto Político Pedagógico que é colocado o interesse de todos, identificando e criando estratégias para a realização de atividades na escola. O PPP ganha um papel político porque o seu objetivo é atender as necessidades de toda a comunidade e isso inclui preparar um projeto que contemple também as diferenças sociais.

A construção do Projeto Político Pedagógico se dá:

> Num cenário de intensas transformações na sociedade contemporânea, em que é necessário retomar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da escola pública. (FERREIRA, 2008, p. 12)

Através das transformações sociais, a construção do PPP em uma perspectiva democrática e participativa visa à educação pública de qualidade contemplando os interesses de toda a sociedade. Este espaço de atuação não é um documento que é construído e encaminhado para ser analisado pelas autoridades, ele é planejado, discutido e vivenciado por todos, por isso a importância da participação de todos os setores que compõem o ambiente escolar.

É através do Projeto Político Pedagógico que buscamos mudanças e melhorias no processo de ensino-aprendizagem, para Carvalho (2004):

> O projeto político-pedagógico pode ser considerado como a carteira de identidade da escola, evidenciando os valores que cultua, bem como o percurso que pretende seguir em busca de atingir a intencionalidade educativa. Espera-se que prevaleça o propósito de oferecer a todos igualdades de oportunidades educacionais, o que não significa necessariamente, que as oportunidades sejam as mesmas e idênticas para todos. (CARVALHO, 2004, p. 156)

Carvalho (2004) caracteriza o Projeto Político Pedagógico como a identidade da escola, pois através dele podemos identificar os valores existentes na instituição, os objetivos e a intencionalidade da educação, por isso a elaboração do PPP de forma participativa é importante.

O Projeto Político Pedagógico faz parte da gestão democrática por ser constituído pelos ideais e pelas necessidades de cada um da escola. Pensar e agir democraticamente são indispensáveis para ter como resultado uma educação pública de qualidade social.

Com isso, percebe-se a importância destes espaços de atuação na implementação de uma gestão democrática e participativa. A participação de todos da escola é necessária para o desenvolvimento de uma educação que contemple toda a comunidade escolar, que respeite as pluralidades, que desperte a autonomia do sujeito e que acima de tudo haja com transparência já que a educação se constitui como um direito de todos.

É preciso, portanto, que:

> Os segmentos da escola comecem a perceber que as formas participativas apregoadas pelo Estado tornam o termo democracia uma simples adjetivação da gestão, retirando, com isso, o seu sentido

> humano e político. Daí a necessidade de se contar com a construção de um novo e diferente projeto de escola. Um projeto que seja financiado pelo Estado, mas que represente efetivamente os anseios, as expectativas e sonhos dos segmentos da escola. Um projeto que garanta o desmantelamento da hierarquização do poder no interior das instâncias educativas, da fragmentação entre as tarefas de concepção e execução do trabalho, da centralização do comando, enquanto princípios que limitam a participação e que fortalecem o modelo de gestão fundamentado na burocracia. (TORRES; GARKES, 2000, p.60)

De acordo com Torres e Garkes (2000), o termo democracia vem sendo utilizado pelo Estado apenas como algo que “molde” a gestão, ou seja, existe na teoria, mas na prática não. Cada vez mais a comunidade escolar vem se fragmentando e criando hierarquizações. A proposta de buscar efetivar a Gestão Democrática e Participava em Jequié é por conhecer a história do município e saber das tentativas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi conhecer o trabalho dos(as) conselheiros(as) municipais de educação de Jequié-BA e compreender este órgão como um grande instrumento para a efetivação da gestão democrática no município. Para alcançarmos os objetivos da investigação e responder a questão de pesquisa “Qual a importância do trabalho dos(as) Conselheiros(as) Municipais de Educação em busca da efetivação da Gestão Democrática Participativa no munícipio de Jequié – BA?”, realizamos uma entrevista com dois representantes do Conselho Municipal de Educação e aplicamos um questionário online através do Google Forms para que pudéssemos alcançar todos os outros representantes.

De acordo com os dados obtidos durante a investigação, acreditamos que o Conselho Municipal de Educação é um mecanismo de efetivação da Gestão Democrática no município de Jequié, mas cabe a estes representantes ter a consciência de que o seu posicionamento político-ideológico e o seu agir é o que irão definir se estão ali para efetivar a democracia ou se estão apenas fazendo o papel de meros reprodutores que contribuem para uma “educação bancária.” Por isso, compreendemos que os Conselhos Municipais de Educação “podem ser instrumentos para a constituição de uma gestão democrática e participativa...” (OLIVEIRA; NEZ, 2018, p. 359), mas isso vai depender do posicionamento de seus representantes.

Apesar dos desafios encontrados durante a pesquisa e os apontamentos feitos pelos(as) representantes do CMEJQ analisamos que o Conselho Municipal de Educação possui sim, autonomia e poder para efetivar uma gestão democrática nas escolas do município de Jequié, mas ainda existem fatores que influenciam de forma negativa nessas decisões, como foi apontado durante a entrevista, existe o engessamento por parte dos governantes, existe a indicação política dos próprios gestores escolares, existe a mudança repentina de um gestor por conflito de ideias e posições políticas.

O Conselho Municipal de Educação enquanto órgão normativo e fiscalizador deve estabelecer uma relação entre o gestor escolar, afim de que possa compreender a realidade de cada instituição e contribuir com a criação de normas específicas de

acordo com as necessidades e demandas, por isso essa rotatividade da equipe gestora implica de forma direta na efetivação da Gestão Democrática.

O que se percebe no munícipio de Jequié é o enfraquecimento da participação dos sujeitos em espaços que são de direito, devido a formalidade e a falta de acessibilidade, por isso não devemos ser ingênuos e acreditar que os Conselhos são a representação da mudança radical da educação e da sociedade. O Conselho implica nessas relações e é capaz sim de efetivar uma Gestão Democrática do município, mas sem vínculo explícito com a sociedade civil organizada, com os movimentos sociais, com as escolas, os Conselhos podem apenas referendar e assumir o seu papel na *pseudoparticipação.* (LIMA, 2001, p. 13).

Portanto, a pesquisa promoveu a reflexão acerca da importância desse órgão, como um órgão que possui autonomia e que exige um posicionamento político-ideológico diante as tomadas de decisões. A investigação contribuiu também para o entendimento do contexto histórico dos Conselhos Municipais de Educação, e enquanto cidadã jequieense, conhecer a criação do Conselho Municipal de Jequié, seu regimento, seu funcionamento, suas legislações e o trabalho dos(as) conselheiros(as), bem como os desafios existentes no município para a efetivação da Gestão Democrática.

A falta de adesão dos participantes da pesquisa acabou comprometendo o nosso objeto de estudo. Infelizmente não obtivemos a participação dos 11 membros do CMEJQ durante a pesquisa, pois apenas seis tiveram tempo e se disponibilizaram e como ética, nenhum sujeito é obrigado a participar.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado escolar: espaço de participação da comunidade.** São Paulo: Cortez, 2003.

ALVES, E. F. **Conselhos Municipais de Educação em Goiás: historicidade, movimentos e possibilidades.** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2009. Acesso em: 9 mar. 2021.

BARAÚNA, Fátima Almeida. **Os conselhos municipais de educação no sudoeste goiano e a perspectiva democrática.** 135f, 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás – UFG. Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2019. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/9375/5/ 2019.pdf. Acesso em: 9 mar. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 2011.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - LDB nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Educação** - Razões, princípios e planos, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>.

_____. **Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública.** Brasília, DF: MEC; Secretaria de Educação Básica, nov. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_gen.pdf. Acesso em: 9 mar. 2021.

_____. **Documento Base: Plataforma de Formação Continuada do Ministério da Educação.** Brasília, DF, 2021. Disponível em: http://prosa.paginas.ufsc.br/files/2021/09/Documento-Base-PLAF-2021.pdf. Acesso em: 9 mar. 2021.

BOBBIO, N. **O Futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BORDIGNON, G. **Gestão da Educação no município: Sistema, Conselho e Plano.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BORDIGNON, G. **Perfil dos conselhos municipais de educação.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

CALADO, S. S; FERREIRA, S. C.r. **Análise de documentos: método de recolha e análise de dados.** Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>. Acesso em 16 nov 2020.

CURY, C. R. J. Os conselhos de Educação e a Gestão dos Sistemas. In: FERREIRA, N. S. C; AGUIAR, M.A.S. (Orgs). **Gestão da Educação: impasses, perspectiva e compromissos.** São Paulo. Cortez, 2000.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia.** Lisboa: Edições 70, 2008.

FONSECA. J. J. **Metodologia de Pesquisa Científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FRIGOTTO, G. **Capital humano e sociedade do conhecimento: concepção neoconservadora de qualidade na educação.** In: REVISTA CONTEXTO E EDUCAÇÃO. Inijuí, Editora Inijuí, ano 9, nº 34, abr/jun, 1994.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. **Autonomia da Escola.** 6. ed. São Paulo: Cortez, (Guia da escola cidadã; v.1), 2004.

GALVÃO, T. F; P, M. G. **Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração.** Epidemiol Serv Saude. 2014 jan-mar; 23(1):183-4.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOHN, M. G. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica.** São Paulo: Cortez, 2001.

GRACINDO, R. V. **Gestão Democrática nos sistemas e na escola.** Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

LÜCK, H. **A Gestão Participativa na Escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MARCELINO, Mara de Fátima. **Conselho Municipal de Educação e ensino escolar: limites, perspectivas e possibilidades.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. – (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador).

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONLEVADE, João. **Educação Pública no Brasil: contos e descontos.** Ceilândia: Ideia, 2000.

NAIDER, E. **A reforma do Estado e da educação na década de 1990: a refuncionalização da escola via a implementação da eficiência mercadológica.** Dialogia vol. 7, n. 1.

OLIVEIRA, O. S. **Sistema Municipal de Ensino: Arena de Confluências, rupturas e desafios na democratização da Educação.** Rio Grande do Sul: UFSM, 2012. (Tese de Doutorado).

PIRES, M. F. C. **O materialismo histórico-dialético e a Educação.** Interface — Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo "Estado da Arte".** Diálogos Educacionais, v. 6, n. 6, p. 37–50, 2006.SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** Campinas: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** São Paulo: Cortez, 1986.

_____. **Escola e Democracia.** Campinas: Autores Associados, 2009.

_____. **Sistema Nacional de Educação: conceito, papel, histórico e obstáculos para sua construção no Brasil.** GT 05, ANPEd, Caxambu, 19.02.2008. Disponível em: <http:// www. org.br/reunioes/31ra/1trabalho/trabalho05.htm anped>. Acesso em 10 jan 2021.

SILVA, D. B. **Conselhos Municipais de Educação na instituição dos Sistemas Municipais de Ensino no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: UFRGS, 2009 (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, D. B.; VASCONCELOS, M. C. C. **Os Conselhos Municipais de Educação no Brasil: um balanço das referências nacionais (1996-2002).** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., [s. l.], v. 14, n. 50, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICES

ENTREVISTA

1. Qual a sua formação?
2. Há quanto tempo você está na Presidência/Vice-presidência do CMEJQ?
3. Qual a sua trajetória até se tornar Presidente/Vice-Presidente do CMEJQ?
4. Como se deu a criação do Conselho Municipal de Jequié?
5. O que o Conselho Municipal de Educação representa para a comunidade?
6. Descreva, por favor, como é a sua rotina, sendo Presidente/Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação.
7. Como as políticas propostas pelo Conselho Municipal de Educação de Jequié estão sendo recebidas atualmente pela comunidade local?
8. Para você, as políticas de democratização têm sido concretizadas na prática de hoje? Existem resistências? Resistências por grupos ou individuais?
9. Você enxerga o Conselho Municipal de Educação como órgão essencial para a efetivação de uma gestão democrática em nosso munícipio?
10. Atualmente quais são os maiores desafios existentes na Educação de Jequié?

11. A comunidade compreende a ideia de Gestão Democrática e sabe lidar com isso?
12. Há outras informações que não foram abordadas e que você gostaria de mencionar?

QUESTIONÁRIO: O TRABALHO EMPREENDIDO PELOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS EM BUSCA DA EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA EM JEQUIÉ - BA

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa intitulada "O trabalho empreendido pelos Conselheiros Municipais de Educação e os desafios em busca da efetivação da Gestão Democrática em Jequié - BA", está sendo desenvolvida por Francine Santos Gomes, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), na linha de pesquisa Política Pública Educacional, sob a orientação do Prof. Dr. Cláudio Pinto Nunes. O principal objetivo dessa pesquisa é compreender a importância do trabalho empreendido pelos Conselheiros Municipais de Educação no processo de efetivação da Gestão Democrática em Jequié – BA. Diante do exposto, solicitamos autorização para utilizar os dados da pesquisa dentro dos padrões éticos em eventos científicos e publicações, ressaltando a privacidade das informações e que estaremos à disposição, a qualquer momento, para maiores informações sobre a pesquisa, se assim julgar necessário.

*Obrigatório

DADOS PESSOAIS

Por favor, informe-nos alguns dados.

SEXO *

- ◯ Feminino
- ◯ Masculino
- ◯ Não definido

Considerando as opções (segundo classificação do IBGE) abaixo, como você classificaria sua cor ou raça? *

- ◯ Branco
- ◯ Preto
- ◯ Amarelo
- ◯ Pardo
- ◯ Indígena
- ◯ Outra.

Qual a sua faixa etária? *

- ◯ até 24 anos
- ◯ de 25 a 34 anos
- ◯ de 35 a 44 anos
- ◯ de 45 a 54 anos
- ◯ 55 anos ou mais

Tempo de atuação no âmbito educacional: *

Sua resposta

Formação atual: *

Sua resposta

Instância que representa como Conselheiro Municipal de Educação: *

Sua resposta

QUESTIONÁRIO

Leia atentamente as questões e responda.

Descreva sua rotina como membro do Conselho Municipal de Educação de Jequié - BA. *

Sua resposta

Discorra sobre o que Conselho Municipal de Educação representa para a comunidade. *

Sua resposta

Descreva o que você entende por Gestão Democrática. *

Sua resposta

Descreva sobre a atuação do Conselho Municipal de Educação como órgão de efetivação para uma gestão democrática no município. *

Sua resposta

Discorra sobre as maiores dificuldades que você como membro do Conselho Municipal de Educação enxerga para que as escolas do município tenham uma Gestão Democrática. *

Sua resposta

Agradecemos a sua participação!
Obrigada por contribuir com a nossa pesquisa.

Gerar link